

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIII

FLORIANÓPOLIS, 17 DE NOVEMBRO DE 2008

NÚMERO 5.963

16ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia
PRESIDENTE
Clésio Salvaro
1º VICE-PRESIDENTE
Ana Paula Lima
2º VICE-PRESIDENTE
Rogério Mendonça
1º SECRETÁRIO
Valmir Comin
2º SECRETÁRIO
Dagomar Carneiro
3º SECRETÁRIO
Antônio Aguiar
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Pedro Uczai

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Marcos Vieira

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice Presidente
Jean Kuhlmann
Gelson Merísio
Pedro Uczai
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Serafim Venzon
Manoel Mota
Renato Hinnig
Jean Kuhlmann

Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Jailson Lima da Silva - Presidente
Prof. Odete de Jesus - Vice Presidente
Darci de Matos
Herneus de Nadal
Jandir Bellini
Jorginho Mello
Genésio Goulart

Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA,
E POLÍTICA RURAL**

Moacir Sopelsa - Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Marcos Vieira
Gelson Merísio
Romildo Titon

Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Jean Kuhlmann - Presidente
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
José Natal Pereira
Renato Hinnig
Professor Grandó

Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Jorginho Mello - Presidente
Gelson Merísio - Vice Presidente
Décio Góes
José Natal Pereira
Jandir Bellini
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Sílvio Dreveck

Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**

Dirceu Dresch - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves

Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
MINAS E ENERGIA**

Sílvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice Presidente
Ada de Luca
Elizeu Mattos
Marcos Vieira
Pedro Uczai
Professor Grandó

Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E
MEIO AMBIENTE**

Décio Góes - Presidente
Edson Piriquito - Vice Presidente
Edison Andrino
José Natal Pereira
Cesar Souza Júnior
Reno Caramori
Professor Grandó

Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente
Jailson Lima da Silva - Vice Presidente
Edson Piriquito
Gelson Merísio
Kennedy Nunes
Serafim Venzon
Professora Odete de Jesus

Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS,
DE AMPARO À FAMÍLIA E À
MULHER**

Ada de Luca - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Genésio Goulart
Kennedy Nunes
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Professora Odete de Jesus

Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**

Darci de Matos - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Ada de Luca
Manoel Mota
Jorginho Mello
Professor Grandó
Sílvio Dreveck

Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Nilson Gonçalves - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice Presidente
Edison Andrino
Jandir Bellini
Elizeu Mattos
Moacir Sopelsa
Jailson Lima da Silva

Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E
DECORO PARLAMENTAR**

Professora Odete de Jesus -
Presidente
Kennedy Nunes - Vice Presidente
Jailson Lima da Silva
Moacir Sopelsa
Joares Ponticelli
Nilson Gonçalves
Jean Kuhlmann
Romildo Titon
Manoel Mota

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1963
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

ÍNDICE

Plenário
Ata da 087ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 12/11/2008.....2

Atos da Mesa
Ata da Mesa DI.....15

Publicações Diversas
Atas das Comissões
Permanentes15
Extratos20
Portarias20
Redações Finais.....20

PLENÁRIO

ATA DA 087ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Dado Cherem - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jandir Bellini - Jean Kuhlmann - Jorginho Mello - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Nilson Gonçalves - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Refere-se às audiências para discutir o Código Ambiental.
DEPUTADO DÉCIO GÓES - Discorre sobre a criação do Código Ambiental.
DEPUTADA ADA DE LUCA (pela ordem) - Registra a presença dos vereadores Edson Nascimento e Romualdo Soares, e do prefeito Altair Zenath.
DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Registra a presença dos alunos do Colégio Ragacionista, de Criciúma.
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Aborda homenagem que receberá em Caçador.
DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Comenta o não-cumprimento da Lei n. 254.
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Aborda o não-pagamento da Lei n. 254.

Partidos Políticos

DEPUTADO MANOEL MOTA - Critica colocações da deputada Ana Paula Lima sobre a Segurança Pública de Santa Catarina; comenta a licitação para as obras da BR-285.
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Reporta-se à importância do Programa de Aceleração do Crescimento do governo Lula.
DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Refere-se à discussão do Código Ambiental.
DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Aborda o Código Ambiental.
DEPUTADO RENO CARAMORI - Comenta o encontro do Parlasul no Uruguai; tece comentários acerca do Código Ambiental.
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Reporta-se ao não-cumprimento da Lei n. 254; comenta a greve dos servidores públicos de São José.

Ordem do Dia

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Aborda requerimento, de sua autoria, que cumprimenta a orientadora e as alunas do Grupo de Medicina Veterinária da Furb pela conquista do prêmio WSPA de Bem-Estar Animal de 2008.
DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Solicita subscrever requerimento, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, que cumprimenta o Avaí Futebol Clube pela conquista da vaga na primeira divisão do Campeonato Brasileiro.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Solicita subscrever requerimento, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, que cumprimenta o Avaí Futebol Clube pela conquista da vaga na primeira divisão do Campeonato Brasileiro.

Explicação Pessoal

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Refere-se às ações do governo Lula que possibilitarão a permanência do jovem na região oeste do estado.
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Aborda a greve dos servidores municipais da saúde de São José; comenta o acesso do Avaí Futebol Clube à Série A; refere-se ao Campeonato Catarinense de *Taekwondo*.
DEPUTADO SERAFIM VENZON - Comenta a importância das Casas da Cidadania inauguradas pelo governo do estado e a necessidade de uma gerência da Fatma nas secretarias de Desenvolvimento Regional.
DEPUTADO PEDRO UCZAI - Registra a presença do prefeito Paulo Eccel e do vice Evandro de Farias, eleitos em Brusque; aborda audiência pública na Uniplac, em Lages; comenta o piso salarial dos professores.
DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Registra a presença do prefeito e do vice, eleitos em Brusque; defende a aprovação do piso salarial dos professores.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Cumprimenta o prefeito e o vice, eleitos em Brusque; comenta a necessidade da reforma política; aborda o piso salarial dos professores.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Refere-se ao afastamento da irmã Enedina, administradora de hospital de Tubarão; aborda o futuro positivo do setor carbonífero.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o deputado Dirceu Dresch que, na forma do Regimento, tem a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, hoje nós daremos continuidade, às 18h, na cidade de Joinville, ao debate nas audiências públicas sobre o Código Ambiental do estado de Santa Catarina.

Quero, como participante de três audiências públicas até este momento, externar algumas questões e preocupações que estamos levantando a partir dessas audiências, sr. presidente.

De fato, deputado Reno Caramori, nós, quanto mais estudamos e debatemos sobre os temas ambientais e as legislações que estão em vigor, mais preocupados ficamos com as dificuldades de entendimento por parte da população e das lideranças sobre o que de fato existe em todo esse conjunto da legislação ambiental.

Certamente são necessárias mudanças e também facilitar o entendimento da legislação ambiental para que os técnicos possam operar e para que as pessoas interessadas e o setor produtivo possam preservar e desenvolver o nosso estado.

Por outro lado, deixa-me bastante apreensivo o chamado setor produtivo que vem com uma visão, deputado Décio Góes, nosso presidente da comissão de Turismo e Meio Ambiente, de que tudo que está aí não presta, que é preciso construir o novo e fazer grandes mudanças. Parece-me que está nas entrelinhas desse discurso uma visão de liberação geral, ou seja, uma visão de que para produzir tem que liberar geral.

Eu atuo nesse meio, principalmente o da agricultura, durante toda a minha vida e tenho certeza de que a visão dos agricultores não é essa. A visão dos nossos agricultores familiares não é essa! Pelas informações do Ministério Público, mais de 90% dos nossos suinocultores já se adequaram à legislação ambiental.

Tenho aqui alguns dados, e quero comprovar isso com informações seguras do município de Coronel Freitas, srs. deputados. Fui buscar alguns dados de Coronel Freitas: há 31 aviários fechados, 28 devido ao alto investimento e à receita baixa, somente dois por questão ambiental e um por problema de doença na família.

Outro dado importante, essa informação é de uma empresa, mas existem outras, no total são 38 aviários que estão fechados, e somente dois por problemas ambientais, sendo que os demais fecharam principalmente pela baixa renda.

Na suinocultura é um pouco diferente, mas também temos ao todo nove chiqueiros fechados. Por problema ambiental temos seis; os outros três fecharam por problemas de receita e renda dos agricultores.

E assim poderíamos citar outros exemplos. Falei ontem sobre a problemática do leite. Não tenho dúvidas de que quando se fala que podem fechar 30 mil propriedades em relação à questão ambiental em Santa Catarina, poderíamos citar o problema do leite, pois se não tomarmos providências, das 90 mil propriedades certamente vamos perder 50 mil nos próximos anos.

Então, não quero dizer que a legislação ambiental está correta, mas concordamos que precisa de adequações. Agora, nós não concordamos com a visão de que o problema de Santa Catarina está na questão do desenvolvimento da nossa agricultura, está na questão ambiental. Temos outros problemas muito sérios, e um dos principais fatores é a distribuição de renda no setor produtivo. Esta é uma questão central que está colocada.

E justamente com relação a esses dados que eu apresentei aqui da avicultura no município de Coronel Freitas, dos 38 aviários fechados, somente quatro estão fechados por problemas ambientais.

Eu quero dizer que a água era um meio usado para a produção. Agora o debate está em como produzir a água para continuar o nosso desenvolvimento! Esse é outro debate que está no centro da pauta. E gostaria, inclusive, de discutir um princípio novo, que é punir quem agride o meio ambiente, mas, acima de tudo, valorizar quem o preserva. E este é um novo processo que nós precisamos debater. Eu sempre digo nas audiências públicas que Santa Catarina só tem possibilidade de ampliar a produção de proteína animal se tiver água para o futuro.

O segundo elemento é que Santa Catarina está-se tornando um grande estado de investimento na produção de energia elétrica via PCHs - Pequenas Centrais Hidrelétricas. Nós temos mais de 150 projetos que estão sendo executados em Santa Catarina, e essas hidrelétricas só produzem energia se tiverem água.

Então, o que nós queremos discutir, de fato, nesta Casa, é quem vai garantir a renda para os nossos agricultores que estão preservando a água no estado de Santa Catarina. E aí, sim, vem a questão da compensação ambiental.

Assim, nós não precisamos dizer: está tudo errado, temos que destruir tudo. Nós temos que fazer adequações e também discutir algumas coisas que são fundamentais. Primeiro, o princípio de valorizar quem preserva a questão ambiental e ter um grande fundo em Santa Catarina que financie e garanta a renda para os nossos agricultores que preservam o meio ambiente, que são obrigados por lei.

Segundo, criar um grande fundo. E aí não tem jeito, alguém vai ter que pagar essa conta, sejam as nossas hidrelétricas, que ganham muito dinheiro às custas da água; sejam as nossas indústrias, que precisam de muita água para poder produzir. Ou seja, diversos setores. Então, esta é uma segunda questão.

A terceira questão importante é aproveitar esses espaços de reserva legal, de preservação ambiental, para produzir renda. E aí nós podemos entrar na questão da fruticultura nativa, produzir polpa de fruta. E para isso é preciso um grande investimento público em assistência técnica e em pesquisa para, justamente, incentivar os nossos agricultores a tirar das áreas de preservação também renda e, principalmente, através da fruticultura nativa.

Outra questão que entendemos fundamental é, principalmente, os setores representativos dos agricultores, o sindicalismo, especialmente, fazer uma luta para que a legislação seja cumprida. A lei federal diz que para os agricultores fazer licenciamento e averbação, abaixo de 50 hectares tem que ser gratuito. E as indústrias estão assinando o ISO 14000 lá fora para vender a nossa carne, e estão depositando na conta do agricultor toda essa conta de averbação legal e do licenciamento ambiental.

Então, o estado tem que assumir o seu papel de ajudar a financiar essa conta. Deputado Reno Caramori, R\$ 1,5 mil é o que os agricultores estão pagando para fazer licenciamento e averbação. E por lei tem que ser gratuito nas propriedades de menos de 50 hectares.

Essa é uma briga que o movimento sindical tem que fazer, com certeza, no estado de Santa Catarina, para podermos avançar nessa questão.

Então, nós entendemos que, da forma que está sendo debatido o Código Ambiental, se é de fato essa visão que está passando nas audiências públicas, é liberar tudo, e nós não concordamos com isso. Precisamos adequar, criar funcionalidade, fazer funcionar o Código Ambiental para que de fato as pessoas tenham condições de se adequar.

E uma das coisas que eu levantei, inclusive, nas audiências públicas, foi fortalecer a nossa Fatma. Nós temos mais de 40 municípios no oeste catarinense que têm dois funcionários da Fatma para fazer o licenciamento, dar as autorizações, e isso não é possível. Então, precisamos ampliar também...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Obrigada, sr. deputado Dirceu Dresch.

Gostaria de comunicar às sras. deputadas e aos srs. deputados que no próximo dia de 25 de novembro o ministro das Comunicações, Hélio Costa, vai estar nesta Casa para a assinatura do documento que permite a abertura da TV Digital no estado de Santa Catarina. A solenidade acontecerá aqui na Assembléia Legislativa, a partir das 16h30.

Ainda dentro das Breves Comunicações, o próximo orador inscrito é o sr. deputado Décio Góes, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sra. presidente desta sessão, deputada Ana Paula Lima, gostaria de agradecer e de parabenizar todos pela luta em favor da TV Digital. Acho que é uma grande conquista a presença do ministro Hélio Costa aqui para assinar o convênio para que possamos popularizar a TVAL por toda Santa Catarina.

Mas eu queria continuar o assunto que o deputado Dirceu Dresch iniciou: as audiências públicas do Código Ambiental que estamos realizando por todo o estado desde o último dia 5. Já estivemos em Lages, Campos Novos, Videira. Na última segunda-feira estivemos em Criciúma e, hoje, às 18h, estaremos em Joinville.

Essas audiências são importantes porque dão conhecimento sobre o projeto de lei que está tramitando nesta Casa, popularizando-o. E esse projeto visa compilar num só documento todas as leis ambientais de Santa Catarina, facilitando o entendimento, a aprovação pelos órgãos ambientais e também a fiscalização.

Há em média 400 ou 500 pessoas nessas audiências públicas, sendo marcadas por uma ampla participação de agricultores e representantes do setor produtivo. Inclusive tivemos manifestações acaloradas em torno da defesa do projeto do governo da forma como ele está.

Gostaria de comentar a baixa participação de outros setores da área urbana, de outros setores produtivos, que não os ligados à agricultura, de órgãos ambientais como a Fatma. A ausência da Fatma me chama muito a atenção, deputada Ana Paula Lima. Também estranho a ausência do Conselho Estadual do Meio Ambiente, da Polícia Ambiental, deputado Pedro Baldissera, das organizações ambientalistas, enfim, de órgãos importantes da política ambiental do estado e que não estão presentes nessas audiências.

Chama-me também a atenção, deputado Pedro Uczai, que nessas manifestações acaloradas a Polícia Ambiental e a Fatma são criticadas de todas as formas. No entanto, aquele que dita as políticas para a Fatma e para a Polícia Ambiental, que é o governador, o governo do estado, é extremamente elogiado numa ação que me chama atenção. Que fenômeno consegue fazer o criador desgrudar das criaturas?! É muito estranho e um fenômeno político muito interessante! E aí virou um herói porque mandou uma lei que gera um debate em torno da flexibilização das leis ambientais, em favor da produção, com propostas, inclusive, anticonstitucionais.

Aliás, o governo federal, também preocupado com essa questão, mas de forma consciente e racional, reuniu-se, ontem, inclusive, com os ministros: Carlos Minc, do Meio Ambiente; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes; e do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, a fim de construir um grupo de trabalho no sentido de discutir as mudanças na legislação ambiental nacional. Com essa preocupação o governo quer articular a revisão de leis de proteção ambiental que garantam a sua eficácia e, ao mesmo tempo, os interesses da produção. E constituíram um grupo de trabalho que nos próximos 60 dias vai dar alguns encaminhamentos.

Por isso acho que não há necessidade, deputado Pedro Uczai, nós acharmos que temos que aprovar aqui de afogadilho esse projeto tão importante para a sociedade catarinense.

E o ministro Reinhold Stephanes disse nessa reunião que a idéia é chegar ao objetivo comum de mais produção com mais proteção, que é o nosso ideal aqui também - eu vejo assim -, no Código Ambiental.

Assim há uma série de encaminhamentos e nós devemos estar ligados nessa conjuntura nacional para podermos aprimorar e discutir essa matéria.

Também nessa reunião de Brasília foi detectada a necessidade de que, para avançar nas leis ambientais, tem-se que realizar o zoneamento ecológico econômico em todos os estados, porque só assim vai dar o equilíbrio nesse zoneamento mapeado, visualizando as potencialidades econômicas que temos, quais as áreas onde vamos produzir e onde há interesse público do estado, da sociedade, de preservar.

Inclusive, o ministro Reinhold Stephanes disse:

(Passa a ler.)

[...]

“Segundo o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, fora da Amazônia, o Brasil tem 70% de sua área apta para produção agrícola. Assim, a utilização das áreas já abertas para a produção são suficientes, descartando a possibilidade de desmatamento para expansão de produção.”[...]sic]

Isso numa visão geral de Brasil e, é lógico, teremos que adaptar para Santa Catarina.

Então, a idéia que nós temos insistido é da importância do zoneamento ecológico e econômico, que, inclusive, precederia a discussão desse Código Ambiental, porque aí nós estaríamos avançando mesmo. Mas o governo não se tem convencido desse instrumento, e é lastimável isso.

A questão do levantamento florestal também contribui para qualificar esse projeto. O Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro... Aliás, ontem falei com o secretário Altair Guzzi e ele me garantiu que até o final do mês irá lançar o edital para a primeira parte desse importante zoneamento, que é o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro.

E há a questão da estruturação dos órgãos ambientais. Nós reclamamos que a Fatma demora para dar o licenciamento, mas ela tem 210 funcionários, enquanto que órgãos semelhantes em São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul têm cerca de duas mil pessoas. Então, é incomparável. E são estados que não dá para dizer que pararam o desenvolvimento. Pelo contrário, são estados que se estão desenvolvendo.

Assim, o fortalecimento de órgãos ambientais não está ligado a atraso, está ligado a desenvolvimento, que essa é a lógica que nós vemos nos demais estados.

E nós percebemos a necessidade de avançar na lei aqui em Santa Catarina para adotar serviços de compensação ambiental. Graças ao *Globo Rural* essa idéia está bem desenvolvida porque mostrou a experiência de Minas Gerais, de Nova Iorque e outras várias experiências.

Então, a idéia da compensação de serviços ambientais que o deputado Pedro Baldissera, já na outra Legislatura, tinha levantado - e agora a bancada do PT reuniu num só projeto e lança a idéia do Programa Bolsa Verde - vai evoluir tremendamente a relação e dará outra perspectiva, na medida em que o pequeno produtor rural pode, sim, pleitear a compensação das áreas que ele ajuda a cuidar para bem termos água saudável. E a sociedade precisa pagar para ele esses serviços que está prestando, dessa preservação da mata e da água.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Décio Góes.

A Sra. Deputada Ada De Luca - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ada De Luca.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Boa-tarde, sra. presidente e colegas deputados!

Desejo registrar, no dia de hoje, a presença dos vereadores Edson Nascimento, o mais votado de Criciúma, e Romualdo Soares, de Siderópolis, e do perfeito de Modelo, Altair Zenath.

Sejam bem-vindos a esta Casa! Todos os parlamentares os recebem de braços abertos!

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sra. presidente, continuando os informes da deputada Ada De Luca, quero registrar que também estão-nos visitando os alunos do Colégio Ragacionista, de Criciúma, que vieram conhecer o funcionamento da Assembléia Legislativa, os Poderes constituídos na capital, como uma das atividades educacionais.

Desejamos as boas-vindas aos alunos do Colégio Ragacionista, de Criciúma!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Também gostaria de agradecer a presença de alunos da Escola Estadual Ayres Gevaerd, de Brusque; de alunos da Escola Básica Municipal Quintino Bocaiuva, sob a coordenação da professora Sueli Goede e da diretora Rosana Luvizotto Lessa, que estão aqui com 66 alunos e sete professores. Sejam bem-vindos ao Parlamento catarinense!

Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Professora Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, srs. deputados, amigos que nos acompanham, imprensa falada, escrita e televisada, diretoras e professoras, minhas colegas, alunos que estão aqui conosco acompanhando os nossos trabalhos, assomo à tribuna nesta tarde para falar, deputado Reno Caramori - e creio eu que v.exa. já recebeu o convite -, sobre a homenagem às mulheres pioneiras de Caçador. Recebi o convite, serei uma das homenageadas, fazendo parte da história daquela cidade tão maravilhosa, que é Caçador.

Esse livro tem como autora a professora Scheila Marins, minha colega de profissão que hoje é secretária municipal. Deputado Reno Caramori, tenho certeza de que v.exa., como toda a sua família, estará lá presente. A professora é sogra do seu filho, deputado Reno Caramori.

É uma honra para mim porque lecionei em Caçador por 17 anos. Fui professora de geografia, OSPB, educação moral e cívica. Atuei por 17 anos em várias escolas. A primeira onde lecionei foi no Colégio Estadual Irmão Léio; depois fui transferida para a Escola Básica Dr. João Santo Damo, no Km 4, quando alterei de 20 horas minha carga horária para 40 horas/aula.

Depois, eu fui requisitada para atuar no maior colégio de Caçador, Colégio Estadual Paulo Schieffler, onde atuei também de 5ª a 8ª séries, lecionando a disciplina de geografia para o segundo grau. Trabalhei na Escola Municipal Henrique Julio Berger e também no Colégio Aparecida, extensão da Universidade do Contestado.

Deixei, naquele município, sementes benéficas de um trabalho sério voltado à educação e sempre procurei tratar os meus colegas com muita ética, com muito respeito e valorizando o trabalho de cada um deles.

Pude recordar, sra. presidente e srs. deputados, quando olhei a lista das mulheres que serão homenageadas, algumas professoras do meu tempo de faculdade e colegas de profissão. Nós vamos ter cerca de 120 mulheres sendo homenageadas. O livro a ser lançado na sexta-feira, dia 14, na Câmara de Vereadores de Caçador, no meio-oeste do estado de Santa Catarina, é assinado pela professora Scheila Marins, hoje, como eu já salientei, secretária municipal de Educação.

Ela também é professora de história e, sempre que ela ia relatar os fatos aos seus alunos, perguntava para eles assim: “Quem foi o primeiro morador de Caçador?” Olhem só, e as crianças prontamente respondiam: “Foi Francisco Corrêa de Mello.” Aí a professora Scheila Marins perguntou: “Por que só querem saber o morador e por que não saber a primeira moradora?”

Foi aí que veio a inspiração para a autora elaborar, deputada Ada de Luca, minha brilhante colega parlamentar, um livro falando das mulheres que trouxeram progresso para o município de Caçador.

Deputado Manoel Mota, v.exa. não imagina a alegria que isso me dá. Antes de chegar a Caçador, eu lecionava numa escolinha do interior, em Matos Costa, um município pequeno, onde fui alfabetizadora por seis anos e onde também deixei boas sementes. Quero dizer a v.exa. que me emocionei muito quando recebi o convite para ser uma das homenageadas, porque sou humana e quero ser homenageada, como sempre falei, em vida.

Quero ver a homenagem, quero sentir o carinho das pessoas, não quero ser homenageada depois que estiver no caixão, porque aí eu não vou ver as flores, as velas, as coroas, as lágrimas. Quero ser homenageada em vida.

Por isso, eu fiquei muito feliz com esse convite para receber a homenagem que a professora Scheila Marins fará às 120 mulheres. E dentre elas está esta humilde parlamentar, filha de lavadeira, filha de faxineira, que hoje, graças a Deus, pôde chegar a este Parlamento com muita dificuldade, com muita luta, porque não é fácil para uma mulher de uma família paupérrima, sem condição nenhuma, poder estudar e chegar a este Parlamento. Não é fácil!

As outras colegas parlamentares sabem do que eu estou falando. As deputadas Ada de Luca e Ana Paula Lima sabem que as coisas não são fáceis para nós, pois temos uma jornada de trabalho muito violenta.

Por exemplo, eu tenho jornada dupla, sou mãe e pai dentro de casa, criei a minha filha. Quando cheguei a Caçador, estava com um bebê pequeno, que hoje graças a Deus está muito bem, fazendo curso de Direito.

Então, quero dizer que não é fácil. Quando cheguei a Caçador estava numa condição miserável, cheguei numa fase muito difícil, mas pude contar com o carinho dos meus colegas naquele colégio. Sempre tive o respeito das diretoras, dos meus colegas de trabalho e, principalmente, da clientela, os nossos alunos.

Por isso, eu tenho orgulho de dizer que sou professora. Apesar do salário do professor ser baixo, nós carregamos conosco essa profissão, deputado Reno Caramori.

Quero dizer que recebo essa homenagem com muita alegria, agradecendo a Deus por poder estar aqui e ter como colegas estes brilhantes parlamentares, homens e mulheres honrados que não chegaram aqui, neste Parlamento, sr. presidente, por acaso, chegaram aqui para fazer história no estado de Santa Catarina.

Eu convido v.exas. para comparecerem sexta-feira, às 19h na Câmara de Vereadores, em Caçador.

Um abraço bem grande e que Deus abençoe a todos! Até lá!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, crianças que nos dão a honra de estar aqui visitando o Parlamento catarinense. Quicá, deputada Odete de Jesus, elas possam ser os nossos futuros representantes nesta Casa com o compromisso, a missão, de fazer as leis para o estado de Santa Catarina. Sejam bem-vindas ao Parlamento catarinense.

Deputada Professora Odete de Jesus: (Passa a ler.)

*Reiteradas vezes tenho vindo a esta tribuna denunciar o descaso do governo do estado para com a segurança pública em Santa Catarina.

Nosso mandato tem acompanhado as questões referentes à segurança e, lamentavelmente, o que temos visto é um desmonte desse serviço.

Ontem mesmo, neste espaço, expressei a minha indignação com a banalização da violência contra mulheres e crianças - e cito a morte daquela trabalhadora que foi assassinada pelo seu companheiro num *shopping*, no local de serviço - e com a lentidão do governo estadual na execução de políticas públicas que coíbam esse tipo de crime. Onde está a responsabilidade do estado diante dos crimes bárbaros que vêm acontecendo?"

Mas, deputado Sargento Amauri Soares, no dia 12 de novembro, há cinco anos, nesta Casa, nós aprovamos neste plenário a Lei n. 254 sancionada pelo governador do estado.

(Continua lendo.)

"A idéia da aprovação desta lei era promover justiça salarial, acabando com as enormes diferenças salariais na Polícia Militar. Caso a lei fosse aplicada como foi prometido pelo governador Luiz Henrique da Silveira, seria beneficiada a base dos agentes da Segurança Pública, que representa a maioria dos servidores."

E divido este bolo, deputado Sargento Amauri Soares, com v.exa. e com os demais parlamentares desta Casa, porque, hoje, dia 12 de novembro, está completando cinco anos que os nossos policiais militares, civis e o corpo de bombeiros estão esperando o cumprimento da Lei n. 254.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Quero agradecer também da nossa parte todos os deputados que ao longo desse tempo têm-se manifestado juntamente com os praças, com a Associação de Praças - Aprasc, para que seja cumprida a Lei n. 254, na parte que falta ser cumprida, que é mais ou menos a metade ou um pouco mais da metade para a grande maioria dos servidores da base da Segurança Pública. Aliás, é preciso deixar muito claro que falta pagar para a base porque a cúpula já ganhou tudo ou quase tudo, e a base continua esperando, nestes cinco anos, o cumprimento de uma lei que era para ter sido cumprida integralmente até o final de 2006, e, ainda agora, no final de 2008, está pela metade ou abaixo da metade.

Então, é uma situação de fato desesperadora. Quero agradecer a v.exa., que, em especial - e estão chegando vários companheiros da nossa associação -, deputada Ana Paula Lima, assim como outros deputados, tem feito esse trabalho de articulação para garantir e buscar junto ao governo que ele cumpra com a sua obrigação para com a Lei n. 254.

Lembro-me que, cinco anos atrás, não estava aqui dentro deste plenário, mas estava nas galerias junto com centenas de praças, outros tantos estavam lá fora porque não cabiam aqui dentro. E ficamos animados com a aprovação de uma lei que seria cumprida até o final de 2006. Essas imagens que v.exa, deputada Ana Paula Lima, traz - agradeço e parabenizo-a por isso -, mostram bem essa história e essa luta de cinco anos da nossa categoria.

Então, quero parabenizar com toda sinceridade, com toda franqueza este trabalho que a senhora vem fazendo, assim como outros deputados, e agradecer seu empenho, tanto que tem a amizade de tantos praças, principalmente na região de Blumenau, sua cidade, mas também em todo o estado de Santa Catarina, assim como o deputado Dentinho à época tinha a amizade de tantos praças de nosso estado.

Parabéns a v.exa. Nós estamos à sua disposição. Obrigado por esta força. Vamos ver se este bolo não estraga, se conseguiremos comê-lo e garantir também a Lei n. 254 ainda este ano.

Muito obrigado!

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Certamente, deputado Sargento Amauri Soares.

Eu acredito no cumprimento da palavra. Aprendi isso em casa e os demais deputados desta Casa também. A palavra foi dada e, não só a palavra, deputado Sargento Amauri Soares, também houve a assinatura do governador Luiz Henrique da Silveira, cinco anos atrás.

Inclusive, na sua posse, aqui em frente, na Praça dos Três Poderes, ele se comprometeu com os policiais militares, junto com v.exa., que iria cumprir a Lei n. 254. Olha isso faz tempo. Os policiais militares, civis e o corpo de bombeiros estão esperando há muito tempo.

E, além disso, parabéns para as mulheres também que se somaram a essa luta, as esposas, as companheiras dos policiais que também estão reivindicando do governador o cumprimento da palavra, o cumprimento da assinatura, ou a assinatura do governador não está valendo mais nada. Foi pago, deputado Sargento Amauri Soares, menos da metade. Ali, nas fotos bem representadas, houve pessoas que fizeram discursos bonitos aqui nesta Casa, que se comprometeram neste plenário, foram aplaudidos, aclamados, e os policiais militares ficaram de pé aplaudindo as deputadas e os deputados que votaram pela Lei n. 254. Isso aconteceu cinco anos atrás. Há cinco anos estão esperando que isso aconteça!

O povo de Santa Catarina não pode mais esperar. Acho que é uma questão de justiça, de honrar a palavra e a assinatura do governador. A partir de amanhã uma comissão vai receber os praças, que há três anos não são recebidos pelo governador. É um descaso também o que estão fazendo com essa categoria que tem a missão de garantir a segurança pública no estado de Santa Catarina.

Este bolo, deputado Sargento Amauri Soares, deputada Professora Odete de Jesus, srs. parlamentares, é um desabafo e também um protesto contra o não-cumprimento da Lei n. 254. Espero não trazer mais bolo dessa natureza, o próximo bolo que traremos aqui será para dividir com essa categoria que faz tanto pelo estado de Santa Catarina. Mas para dar os parabéns ao governador Luiz Henrique da Silveira, que ele cumpra essa lei de uma vez por todas. Convido a todos para apreciar este bolo.

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os minutos são reservados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, líder do PMDB nesta Casa, por até 19 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, visitantes que nos dão a honra de prestigiar este Parlamento na tarde de hoje, integrantes da Aprasc, entidade que luta para alcançar um objetivo que foi aprovado por esta Casa. O governo, num esforço muito grande, já cumpriu a metade do prometido em alguns casos e em outros, mais da metade. Entretanto, tem que cumprir tudo; se é lei, tem que cumprir. Então, não tenho nada contra, acho que é direito legítimo lutar para buscar um objetivo.

Todos sabem que quando esse projeto foi encaminhado para cá, era um projeto faraônico, difícil de ser aprovado. Mas foi e agora quem reivindica tem toda razão!

Porém eu não posso concordar com a deputada Ana Paula Lima, quando diz que a Segurança Pública no estado de Santa Catarina está um caos. Eu acho que é um equívoco que ela comete, pois deveria primeiramente analisar para depois dizer isso. A verdade é que em outros estados do país isso pode estar acontecendo, mas aqui não porque a Polícia faz um trabalho extraordinário e as coisas não estão assim como a deputada Ana Paula Lima colocou. Nós temos que tirar o chapéu para a Polícia, que faz um trabalho extraordinário, competente e brilhante; independentemente do cumprimento da Lei n. 254, ela faz um trabalho extraordinário que tem que ser reconhecido.

Enfim, srs. deputados, a Segurança de Santa Catarina é das melhores e não dá para misturar os fatos. Uma coisa é defender um direito legítimo e outra coisa é fazer uma crítica infundada. Então, não dá para misturar as duas coisas. Por isso eu fui obrigado a vir aqui defender e dizer que o secretário da Segurança Pública é um homem responsável, que vem fazendo um grande trabalho, e que o governo do estado é muito mais responsável ainda.

De toda forma, eu espero que a lei seja cumprida porque foi aprovada nesta Casa. Não sou nada contrário a qualquer movimento nesse sentido. Agora, não se pode misturar o cumprimento de uma lei com a situação da Segurança Pública.

Mas, sr. presidente, ocupei a tribuna não apenas para discutir essa questão e sim para dizer que, quando fui prefeito de Araranguá, assumi um compromisso comigo mesmo.

Havia o sonho de uma grande ligação entre Araranguá/Ermo/Turvo/Timbé/São José dos Ausentes/Bom Jesus/Vacaria/Lagoa Vermelha/Passo undó/Erechim/Carazinho/São Borja/Argentina. Em todos esses locais eu já fiz reunião com prefeitos, com deputados, nesses 26 anos de vida pública. Para quê? Para buscar essa grande alternativa de ligação do extremo sul de Santa Catarina com o norte do Rio Grande do Sul. Vimos lutando e conseguindo em pedaços; conseguimos, depois de todo um movimento, ligar Vacaria a Bom Jesus. Continuamos lutando e conseguimos a estrada até São José dos Ausentes. E hoje eu posso dizer que já está licitada até a divisa, faltando apenas 60 quilômetros em Santa Catarina, mas desses 60 só faltam 25, pois o resto já está asfaltado.

Então nós estamos sempre lutando, porque é obra federal, estamos nos mobilizando, correndo de um lado para o outro. E na quarta-feira da semana passada eu fui a Brasília participar da reunião do fórum catarinense, para lá assumir o compromisso de apresentar uma emenda coletiva, a fim de discutir essa questão. E ontem, pela manhã, eu não medi esforços e fui novamente a Brasília, pois na ocasião o fórum iria decidir sobre as questões que foram discutidas pelos parlamentares do fórum catarinense e eu tive a grande alegria, a grande honra de poder anunciar que o fórum contemplou a BR-285, que liga Araranguá, em Santa Catarina, ao norte do Rio Grande do Sul, e que o projeto de engenharia, depois de um trabalho extraordinário, estupendo, já estava pronto.

No ano passado, eu estive com o ministro, juntamente com mais 40 vereadores, para tratar da questão da BR-101, já reivindicando a BR-285, fazendo um apelo no sentido de que ela fosse licitada. O ministro disse que não havia projeto, mas eu disse que havia. Ele repetiu dizendo que não havia e eu disse novamente a ele que havia. E aí ele me disse que eu tinha que assumir o ministério porque tinha mais conhecimento do que ele a respeito. Eu disse a ele: "Ministro, o senhor me desculpe, eu não tenho toda essa competência para assumir o ministério, mas gostaria que o senhor ligasse para o sr. João José, que é o diretor do DNIT em Santa Catarina". Foi feita a ligação naquele momento e colocado que o projeto já estava no final e que precisava ser pago. Depois disso o ministro prontamente, na nossa frente, disse: "Vou mandar o dinheiro para pagar o projeto e assim que estiver pronto nós vamos licitar".

Então, fomos lá fazer um trabalho sobre a questão da BR-101 e voltamos empolgados com a questão da BR-285, que é uma luta de 25 anos de trabalho em cima dessa rodovia que é federal. O que aconteceu? Está tudo planejado, pronto para que isso aconteça, nós fizemos um movimento no fórum parlamentar que eu participei na semana passada e ontem mesmo, antes de eu voltar para cá, foi contemplada uma emenda coletiva nesse fórum sobre a questão da BR-285.

Evidentemente, srs. deputados, que eu fiquei eufórico, porque a população elege um político para buscar resultado. E o político que não busca resultado é mais um que frustra a sociedade, é mais um que deixa a desejar. E nós, que temos 26 anos de vida pública, lutamos em cima de resultado. É como uma empresa: ou ela dá resultado ou ela quebra, deputado Reno Caramori. E o político ou busca resultado para a comunidade ou a comunidade cansa e acaba não o elegendo mais. E eu tive a honra de ficar por muitos mandatos nesta Casa, para ter a felicidade de concluir uma missão que o sul aguarda e espera.

Então, foi discutido e decidido que cada região ficaria com uma emenda. E qual região foi contemplada? A minha, a nossa, a do extremo sul de Santa Catarina, a BR-285, que, além de ligar Araranguá a Argentina, vai ser o corredor de turismo do Mercosul. E quem vai ganhar muito com isso é o porto de Imbituba, deputado Genésio Goulart, porque virá para cá a soja de Carazinho, de São Borja, de Passo Fundo, aquela região inteira virá para cá, pois é mais perto - são somente 250 quilômetros - do porto de Imbituba do que do porto de Rio Grande. Evidentemente que o frete para esses 250 quilômetros terá uma diferença. Além disso, nós temos a cerâmica vermelha de retorno. Então, virá tudo para o porto de Imbituba.

Enfim, uma revolução irá acontecer na BR-285, além do corredor do turismo que irá ligar a Argentina ao extremo sul de Santa Catarina.

É uma luta permanente, é uma luta de gigantes, para se poder vencer todas as etapas. Se a população não me tivesse dado tantos mandatos para que pudesse trabalhar, com certeza não poderíamos vencer todas essas etapas que estamos vencendo.

Hoje eu posso dizer que foi graças a um parlamentar do sul, e isso tem que ficar registrado aqui, graças ao deputado Edson Bez de Oliveira, que se elegeu deputado estadual junto comigo, que agora está há quatro mandatos como deputado federal, que obtivemos êxito em nosso pedido, pois ele abraçou essa emenda para que fosse discutida juntamente com esse fórum parlamentar. E foi acatada na bancada do PMDB como uma emenda importante, fundamental, como a vencedora do sul, a qual irá fazer essa ligação da BR-285.

Assim sendo, é preciso trabalhar, lutar para buscar resultados ao povo da nossa região, e é isso que se está fazendo aqui no Parlamento catarinense.

Também foi discutida lá, srs. deputados, além dessa vitória importante da licitação, e isso está no Orçamento, a questão do recurso a ser utilizado para a execução da obra, porque agora, com o projeto pronto, poderemos começar essa obra que trará todos esses benefícios.

V.Exas. podem fazer idéia da alegria de um turista ao visitar o sul? Ele verá o grande potencial da nossa região, que será a ligação do mar e a serra em 50 quilômetros, ficando mais perto para o turista e para o catarinense também visitarem as belezas da serra e as belezas do nosso mar. Mas nós nos preparamos para essa missão importante.

Na serra, em Faxinal dos Guedes, quem vai para Caxias, Gramado e Canela, a obra está a todo vapor! As máquinas estão trabalhando a todo vapor e, como eu tenho dito, estão roncando. Então, nós trabalhamos para construir esse potencial no sul do nosso estado com essas obras e assim vamos nos preparar para grandes missões no turismo do sul.

Somos um potencial agrícola, somos o maior produtor de arroz irrigado do Brasil, agora vamos ter um potencial turístico sem limites, sendo que empresas continuam se instalando em razão da BR-101. Então, a nossa região sul dá passos largos rumo à recuperação.

Assim sendo, quero aqui render a minha homenagem de ontem ao parlamentar, ao deputado federal Edinho Bez, que goza de um prestígio extraordinário em Brasília, pois é leal e fiel. As vezes ele se desgasta para poder votar com o governo, mas sempre busca o resultado quando é necessário. E foi por unanimidade de todos que estavam lá no fórum que esse projeto foi votado favoravelmente; foi por unanimidade que nós conquistamos essa emenda coletiva do fórum catarinense para ter a realização da BR-285.

Quero aqui também estender o meu agradecimento ao senador Neuto De Conto, que apresentou uma emenda pessoal que foi aprovada também por unanimidade, que traz à Cohab R\$ 20 milhões para a casa popular. Isso significa 2.000 casas populares, quer dizer, ganhou Santa Catarina.

Então, foi uma viagem extraordinária, em que conseguimos trazer resultados excelentes ao nosso estado e à região sul. E eu acredito que ontem foi discutida a questão da BR-282, pois colocaram essa obra também como prioritária para receber a duplicação. Mas eu participei de todo o fórum, o qual apresentou obras fundamentais para serem realizadas no norte, no oeste e no sul de Santa Catarina.

Quer dizer, valeram a pena esses 14 anos de luta, pois a BR-101 está andando a passos largos. Valeu a pena essa luta de 25 anos para poder buscar o resultado da BR-285. Foram 19 anos de luta na serra do Faxinal, as máquinas estão roncando e as obras estão andando. Mas conseguimos isso graças à nossa luta, ao nosso trabalho.

Temos que reconhecer também a importância de termos representantes no Congresso Nacional. Podem ter certeza de uma coisa: é fundamental que tenhamos representantes no Congresso Nacional, pois eles têm um peso grande, têm a sua representação, e quem não tem acaba se afundando, não levando e a população acaba reclamando.

Por isso que ontem tivemos que comemorar. Chegamos aqui mais de uma hora da manhã, mas vibrando como se fosse o primeiro mandato, as primeiras ações, porque quando conquistamos em nome do povo temos um sentimento de alegria, um sentimento muito importante. Vale a pena estar junto, para poder participar. Eu fui para lá na semana passada, fui ontem, o que é desgastante, mas é com esse desgaste que trazemos esses resultados para Santa Catarina e para toda a região.

Nós precisamos agora, evidentemente, concluir o projeto de engenharia da BR-285 que está no finalzinho para em seguida fazer a licitação. Estivemos no Deinfra com o deputado Edinho Bez, estamos agora aguardando essa inclusão no Orçamento para poder licitar, o ministro dos Transportes também já deu sinal verde, e vamos ter assegurada uma obra que irá trazer um incremento extraordinário e fundamental para o nosso estado.

Mas é preciso que continuemos lutando. O Parlamento catarinense, que é representado por todo o estado e pelos parlamentares, tem uma ação extraordinária, busca resultados em todos os cantos, quer dizer, continua trabalhando pela sua região para buscar resultados e desenvolvimento, como aquele que conquistamos ontem. Por isso estamos realizados, contentes, felizes, porque é assim que se conquista as obras fundamentais para uma região.

Nós temos ainda para ser concluída uma obra que está no coração de muita gente do sul, que é a Interpraías, ou seja, a ligação da estrada do mar até Laguna. Nós vamos vencer, tenho certeza. Hoje, a obra depende de uma licença ambiental para que seja colocada em execução, mas vamos vencer! Vamos trabalhar até vencer, etapa por etapa. Acho que é assim que devemos trabalhar e é assim que temos que continuar trabalhando, lutando, além do limite, para podermos colher os resultados que irão trazer benefícios a uma região, a uma população e ao estado de Santa Catarina.

Quero dizer também a v.exas. que será realizado aqui em Florianópolis o congresso de turismo, o primeiro da América Latina a ser realizado no estado. E para isso é importante que tenhamos representantes daquele potencial extraordinário que é o cânone de Itaimbezinho e tantos outros nesse congresso.

Então, acho que vale a pena o trabalho, vale a pena a luta e por isso que não cansamos, porque fazemos com garra, determinação, mas com muito amor pela região, que é o nosso estado e muito mais ainda o extremo sul de Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Pedro Baldissera, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, na direção do que o deputado Manoel Mota falou, eu gostaria de realçar que esses investimentos que são extremamente importantes ao estado de Santa Catarina se devem significativamente ao empenho do nosso presidente da República, o Lula, que, a partir do Programa de Aceleração do Crescimento implementado pelo nosso governo federal, abriu fortemente a possibilidade de fazermos grandes investimentos de infra-estrutura, essa questão da logística, pois há muitos anos não eram feitos investimentos no país, no sentido de dar as mínimas condições à sociedade brasileira.

Assim sendo, a partir do Plano de Aceleração do Crescimento, que é um pensar estratégico de desenvolvimento do nosso país, pois desde 1974 não havia outro pensar estratégico de desenvolvimento, a não ser este de 2006, começou novamente esse crescimento no Brasil.

Havia, na época, uma série de cartas de boas intenções, aliás, diga-se de passagem, o inferno está repleto de boas intenções. Mas não podemos ficar, deputado Herneus de Nadal, somente nas cartas de boas intenções. É preciso de fato que sejam implementados programas e políticas que possam repercutir em melhores condições de vida ao nosso povo.

Em função dessa situação que vivemos em nível de país, é que tivemos 26 trimestres consecutivos de crescimento. Isto não é pouca coisa. Nós vivemos num momento em que a crise mundial, às vezes acentuada, é lembrada pela direita do nosso país, mas o governo do presidente Lula consegue, com muita sabedoria e estratégia política, driblar essa situação em que os próprios criadores da crise não conseguem buscar alternativas e estratégias para sair da mesma.

São 26 trimestres consecutivos de crescimento em nosso país. Foram agora, até setembro de 2008, gerados mais de dois milhões de empregos com carteira assinada em nosso país. Cerca de oito milhões de pessoas saíram da pobreza, o que equivale hoje a uma Santa Catarina inteira e mais 80%

do estado de Pernambuco. Isso para nós, levando em consideração que Santa Catarina tem quase seis milhões de habitantes, dá o nosso estado e mais um terço.

Quero lembrar também que a desigualdade social foi reduzida através da implementação das diferentes políticas públicas do nosso governo do presidente Lula. Isso está representado no gráfico.

(Procede-se à exibição de *slide*.)

Esse primeiro gráfico mostra que o poder aquisitivo da nossa população, através da aquisição de bens de consumo, tem aumentado significativamente em nosso país.

Isso se deve aos diferentes programas sociais e, ao mesmo tempo, à garantia dessa evolução e dessa oportunidade de consumo a partir do Programa de Aceleração do Crescimento.

(Procede-se à troca de *slide*.)

Aqui percebemos desde 2003, assim como em 2005/2006, que gradativamente estamos evoluindo na questão da criação do emprego com carteira assinada em nosso país. E agora, em 2008, estamos ultrapassando a casa dos dois milhões de empregos em plena situação de crise, alarmada por todo universo, por todo mundo.

(Procede-se à troca de *slide*.)

Aqui percebemos como a taxa de desemprego tem decrescido de uma forma significativa. Tínhamos, em 2004, mais de 11% e agora, em 2008, nessa situação que estamos vivendo estamos abaixo de 8%.

(Procede-se à troca de *slide*.)

Sobre a dívida externa total, comparada à questão do PIB, nós temos aí a dívida externa e interna desde 2002, como ela tem-se comportado de uma forma decrescente até 2008, e a dívida externa liquidada, dando até um sinal positivo.

Portanto, retratamos um pouquinho esse momento novo e importante que o país está vivendo diante das diferentes políticas públicas implementadas pelo nosso presidente da República, o presidente Lula.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Democratas.

Com a palavra o sr. deputado Jean Kuhlmann, que representa Blumenau, vale do Itajaí, por até sete minutos.

Amanhã estaremos na sua cidade, deputado Jean Kuhlmann, participando de uma audiência pública sobre o Código Ambiental de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Obrigado sr. presidente, srs. parlamentares. É exatamente pelo fato de amanhã o Código Ambiental estar sendo discutido em Blumenau, em Rio do Sul, no nosso belo, querido e grande alto vale de Santa Catarina que ocupo esta tribuna para falar sobre dois assuntos.

O primeiro, obviamente, é a questão do Código Ambiental e quero aqui, srs. parlamentares, depois de ouvir muito - porque entendo que como parlamentar jovem, e também porque aprendi em casa que temos dois ouvidos e uma boca, ou seja, aprendi que tenho que ouvir mais do que falar, e quando falar tenho que falar com prudência, com coerência -, quero aqui dizer não apenas para os parlamentares desta Casa, mas para cada catarinense que nos acompanha neste momento, que quando o governador Luiz Henrique da Silveira pediu que no ano passado fosse iniciada a discussão do Código Ambiental, ele pediu que fizéssemos, efetivamente, a consolidação de toda legislação ambiental.

É importante que as pessoas entendam que nessa legislação o que se está fazendo no primeiro momento é acabar com aquela parafenália de leis que existem, deputado Peninha, porque hoje é uma bagunça. É uma lei aqui, outra lei lá, outra para cá e o cidadão não sabe exatamente o que tem que fazer, em que momento, ou a que hora, porque a todo momento em que vai liberar um processo falta um documento porque uma lei pede isso; falta documento porque outra lei pede aquilo e ele fica confuso.

Então o primeiro passo do Código Ambiental, deputado Reno Camarori, e isso o governador Luiz Henrique pediu, é organizar a legislação ambiental. Não é admissível que em um estado que queira se desenvolver, a legislação ambiental seja uma bagunça. O primeiro ponto do código é esse: organizar para que se tenha numa única lei a consolidação de toda a legislação ambiental do estado.

Bom, se esse é o primeiro ponto, qual é o segundo, deputado Manoel Mota? É fazer com que a lei permita o desenvolvimento do estado. Mas desenvolvimento apenas pelo simples e puro desenvolvimento? Não! Desenvolvimento com responsabilidade, porque isso sempre foi pedido, não só pelo governador, mas também pelo setor produtivo, pelos ambientalistas, por aqueles que entendem que Santa Catarina não é uma ilha neste país, por aqueles que entendem que o país e o estado têm que se desenvolver com respeito ao meio ambiente, com respeito às gerações futuras, permitindo que uma empresa possa gerar emprego e renda, porque toda empresa consciente sabe que se ela não respeitar o meio ambiente, deputado Manoel Mota, vai poder utilizar por pouco tempo os recursos naturais. Então ela precisa manter e preservar para usar durante muito tempo, gerando riquezas em termos financeiros, mas também gerando muito riqueza em termos de qualidade de vida para o catarinense.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Deputado Jean Kuhlmann, eu quero cumprimentar v.exa. que com muita competência faz essa exposição. O governo do estado mandou o projeto e cabe a nós, parlamentares, melhorá-lo e buscar aquilo que é necessário para torná-lo bom para toda Santa Catarina. Por isso estamos realizando as audiências públicas. Então não podem vir aqui e fazer críticas ao projeto antes de aprovarmos e melhorá-lo.

Quero cumprimentar v.exa., que faz essas colocações com muito conhecimento. Acho que o Código tem que ser bom para todos, ele não pode ser bom só para ambientalistas, ou só para as empresas, tem que ser bom para todos. É o que o governo está procurando junto com o Parlamento, buscar o resultado que a população espera de um projeto que irá trazer um encaminhamento para a questão ambiental em Santa Catarina.

Parabéns deputado Jean Kuhlmann!

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Deputado Manoel Mota, se a lei não fosse necessária para atender a todos os catarinenses e a maioria da população, não precisaria ser discutida nesta Casa. Quem tem a função de legislar é o Parlamento, a audiência pública tem a função de ouvir a população para respeitar a maioria. Não é permitido que o Código Ambiental seja apenas a versão de um ou de outro setor, ele tem que respeitar a maioria e essa é a nossa visão. Por isso são necessárias as audiências públicas, as pessoas devem participar e esta Casa tem que discutir ativamente.

E a legislação tem que, muitas vezes, quebrar barreiras, quebrar paradigmas, e às vezes, se for necessário, não tenho dúvida nenhuma, e se for a favor do povo catarinense, tem que mostrar que muitas vezes uma lei federal pode servir para alguns lugares do país, mas não para todos os lugares do Brasil.

Assim, a lei estadual muitas vezes é melhor que a lei federal para o caso de Santa Catarina, como uma lei municipal dentro do plano diretor do município pode ser melhor para o município "a" ou para o "b" do que a lei estadual para aquele município, porque quanto mais perto do cidadão, quanto mais perto das pessoas estiver a lei e a discussão do processo, mais real e melhor vai ser para a população e mais qualidade de vida a lei vai trazer.

As pessoas não têm que ter medo, porque ninguém é ignorante, ninguém é burro ao ponto, srs. deputados, de querer acabar com o seu próprio futuro, de querer acabar com a qualidade de vida da sua gente, da sua família.

Agora, nós não podemos colocar uma viseira no olho que não enxergue nada, que não permita o desenvolvimento, que não permita o crescimento, mas temos que, sim, permitir o crescimento e o desenvolvimento com o respeito equilibrado ao meio ambiente, com respeito às gerações futuras, porque quem preserva, quem respeita e permite o desenvolvimento dentro dessa preservação, garante o futuro equilibrado da sua nação e principalmente em Santa Catarina, mostrando que quem conhece melhor a realidade do povo do nosso estado é quem está em Santa Catarina e não quem está sentado no comando em Brasília.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Reno Caramori, por até oito minutos.

O deputado Reno Caramori amanhã estará em Caçador, onde será homenageado na comemoração dos 70 anos da estação experimental. Nobre deputado, eu também serei homenageado amanhã, mas não poderei comparecer e pediria que o amigo me representasse na Estação Experimental de Caçador.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Deputado Peninha, v.exa. pode ter certeza de que o faremos com muita honra, até porque v.exa. é da área e conhece o desempenho que a Epagri promove em Santa Catarina. Se bem que são 70 anos da estação experimental que teve origem, quando da sua criação, como estação experimental do trigo e hoje está sob o comando da Epagri.

Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada, no dia de hoje inicia no Uruguai o grande encontro do Parlasul que reúne integrantes "[...]do sul do Brasil e os países do Cone Sul (Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile). Estarão entre os temas prioritários do Encontro Parlamentar/Empresarial Oportunidades de Negócios, que a partir desta quarta-feira, dia 12 e até sábado, reunirá em Montevidéu, Uruguai, os membros do Parlasul (parlamentares do Mato Grosso do Sul, do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além da região dos demais países vizinhos) e empresários das citadas áreas." [...][sic]

O nosso líder do PP, deputado Silvio Dreveck, estará presente e fará no encontro os seus pronunciamentos referentes ao desenvolvimento regional exatamente no momento que o mundo se depara com um quadro complicado. Também estará presente o nosso vice-líder, presidente do PP, o deputado Joares Ponticelli, que também participará do encontro.

Esse encontro, deputado Manoel Mota, é importante para Santa Catarina e para a nossa região, até porque também será discutido o grande empreendimento que é a integração bioceânica, que trará o Chile, a Argentina e o Uruguai a Santa Catarina e ao Rio Grande do Sul, nesse processo de desenvolvimento que os países do Cone Sul há tanto tempo estão fazendo estudos de viabilidade econômica, e está comprovada a viabilidade e as condições da sua execução desde o Chile até Santa Catarina e Rio Grande do Sul, para que esses países se integrem e dentro de um complexo de grande responsabilidade se possa concretizar esse grande evento.

Mas eu assistia e escutava com atenção o nosso deputado quando falava... Aliás, todos os deputados se referiram hoje ao grande projeto ambiental de Santa Catarina. Preocupa-nos! Estamos aqui já há alguns anos, e desde 1991 nós viemos mostrando à comunidade catarinense e brasileira a necessidade de uma ampla reforma ambiental.

Não se pode mais admitir que no mundo da tecnologia, da modernidade, onde Santa Catarina já detém algumas universidades que estão formando engenheiros florestais, técnicos agrícolas, engenheiros de produção e tantos outros cursos como agronomia, veterinária e zootecnia, ainda nos deparemos com situações que coíbem o nosso pequeno produtor, muitas vezes, de produzir na sua propriedade por força de lei. Lei esta que hoje deverá sofrer uma transformação para que possa, dentro de um equilíbrio, viver em harmonia o homem e a natureza através da tecnologia e não simplesmente do que tantos anos atrás a natureza nos oferecia.

Assim é o esgoto cloacal, e hoje, deputado Pedro Uczai, lamentavelmente volto a esta tribuna para dizer que os grandes ambientalistas se preocupam quando o homem corta uma bracinga, quando derruba um pinheiro para a reforma de sua casa, ou de seus galpões, na proposição de repor centenas de vezes as unidades que serão abatidas, e os ambientalistas proibem porque estão agredindo a natureza.

Todo esgoto humano que segue para os rios dos municípios catarinenses através das valetas, dos córregos, dos riachos acessam os grandes rios, e os grandes rios acessam o oceano transportando todos os dejetos humanos, porque os dejetos suínos, deputado Pedro Baldissera, hoje estão sendo destinados à adubação orgânica, ao biodigestor e à compostagem para adubos, para composições que depois de uma transformação serão agregados ao solo sem a menor agressão. Mas os dejetos humanos continuam poluindo, matando, transmitindo doenças e os governos não se preocupam muito.

Eu acho que deve existir uma lei, deputado Pedro, que determine que todo prefeito que não iniciar, dentro de determinado período, o tratamento do esgoto para sanar o problema no seu município, seja cassado. Por esse motivo, sim, deveria ser cassado e não porque na sua administração, muitas vezes por um engano ou por qualquer outra atitude, recebe uma punição do Judiciário, do Tribunal de Contas e até desta Casa.

Portanto, nós estamos discutindo esse Código Ambiental com muita responsabilidade. Nós queremos que todo o setor produtivo, os parlamentares de Santa Catarina, os ambientalistas, os estudiosos, os cientistas sentem, encontrem um meio viável e cheguemos a um denominador comum para que nós possamos sugerir ao Congresso Nacional, quer a Câmara dos Deputados ou ao

Senado, que se enquadrem nesse processo, na modernidade, para que possamos deixar o empresário trabalhar cuidando da natureza e o nosso pequeno produtor, a agricultura familiar, produzindo, criando e fazendo com que coloque dinheiro no bolso e permaneça no interior produzindo alimento para aqueles que moram nos grandes conglomerados.

Por isso esse apelo que eu faço aqueles que estão militando nesse processo tão importante para que cheguemos a um bom termo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, o próximo horário destina-se ao PDT que se utilizará também do horário destinado ao PRB por cedência da líder do partido, deputada Professora Odete de Jesus.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, nascido em Imbuia, princesinha do alto vale, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente, deputado Peninha, pela referência à nossa cidade natal.

Srs. deputados, sras. deputadas, demais pessoas que nos acompanham nesta sessão, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSc Digital, tivemos há pouco, neste Parlamento, um momento emocionante, que foi a iniciativa da deputada Ana Paula Lima de trazer um bolo para lembrar os cinco anos de aprovação nesta Casa da Lei n. 254 - e a emoção não foi pelo bolo, porque bolo é o que estamos levando do governo há três anos já sem nenhum incremento salarial. Emoção foi também porque trouxe imagens das nossas lutas, imagens daquela sessão de exatos cinco anos atrás, aqui mesmo nesta Assembléia Legislativa.

Por certo nós éramos todos mais jovens. Se for no tempo do cronômetro, há cinco anos, na aparência física, por certo éramos bem mais jovens. Foram cinco anos de bastantes lutas, cinco anos de algumas conquistas parciais e cinco anos de alguns desenganos.

E a Lei n. 254, aparentemente, estava indo para esses desenganos. Mas justamente agora, quando se completa os cinco anos da sua aprovação, num processo de mobilização daquela mesma categoria que esteve aqui há cinco anos lotando todas as dependências da Assembléia Legislativa, aquela categoria se levanta, mais uma vez, para dizer que não dá para passar mais um Natal sem resolver a questão da Lei n. 254. A categoria se levanta agora com o ímpeto, vamos dizer assim, mais forte do que naquela época, com uma determinação e uma vontade que eu imaginava que não voltaria a ver por parte da nossa categoria, os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

A nossa categoria está endividada porque tinha uma expectativa de melhoria salarial que não veio; porque fez prestações de casa própria, do terreno; fez empréstimo para fazer a reforma na casa, para ampliar a casa porque a família cresceu; porque comprou um carro. A inflação cresceu e o salário ficou parado; como consequência, o endividamento. E o governo facilitou esse endividamento criando o SC Consig até 50% da remuneração total, quando no período anterior a associação beneficente, a Adepom, regulava em 30% da remuneração fixa. Além disso, permitindo que o Besc - sim, o Besc que paga ainda a folha de salário dos servidores estaduais, do Executivo - avance no outro 50% do salário do servidor da Segurança.

Se a metade já pode ficar lá no contracheque, lá mesmo na secretaria da Administração, a outra metade o Besc pode tirar na conta corrente do servidor. E aí nós temos a maioria dos policiais, bombeiros e agentes prisionais endividados, e muitos sem receber salário porque fica tudo no banco. Com relação à massa salarial paga para o serviço público em Santa Catarina, provavelmente mais da metade não serve mais para alimentar a família do servidor público; não serve para que o servidor público honre os seus compromissos. Está sendo usada para pagar juros - e não para pagar prestação - para financeiras e bancos.

É um absurdo termos chegado a essa realidade. Essa situação não pode prolongar-se. Nós não podemos aceitar a situação que imaginávamos que nunca mais iríamos ver na Segurança Pública, na nossa polícia, nos bombeiros militares, na Polícia Civil e nos outros órgãos do sistema de segurança.

O servidor da Segurança Pública que está passando dificuldades para alimentar a família, e está-se armando todos os dias de manhã para ir defender a sociedade, morrendo para defendê-la. E não é só retórica. Cada vez numa velocidade maior, os nossos companheiros policiais e bombeiros morrem para defender a sociedade.

Vamos ter uma reunião amanhã pela manhã, às 9h30min - e já informo isso até com satisfação, deputado Manoel Mota e demais deputados -, com o comitê gestor do governo, junto com o secretário da Segurança, lá naquela secretaria, para discutir essa questão. Na pauta, a Lei n. 254. É evidente que se formos esticar nossa pauta, há coisa para uma semana de debates, até porque faz dois anos que, praticamente, nós não conversamos com o governo - e não entendo por que cargamos d'água.

Então, há muita coisa para a pauta, mas a prioridade da pauta de amanhã é a Lei n. 254. E estamos torcendo para que amanhã, ao meio-dia, já possamos dizer aos nossos companheiros do estado inteiro: "Olha, o governo fez uma proposta assim e vai pagar em seis vezes; vai pagar em três vezes; ou, num surto de generosidade, vai pagar tudo agora no mês de dezembro".

Nós queremos ouvir uma notícia boa amanhã porque a nossa categoria precisa de um encaminhamento concreto dessa questão. E a nossa mobilização continua até que esteja resolvido definitivamente. E definitivamente significa um decreto do chefe do Poder Executivo, como a própria Lei n. 254 define que deve ser paga. Precisamos de um decreto do governador do estado resolvendo a questão da Lei n. 254 para que possamos ter verão, porque precisamos ter Natal em Santa Catarina! Quem sabe se até se resolver isso, não volte o sol! Porque parece que há um castigo também sobre esta Grande Florianópolis e sobre o estado de Santa Catarina. Quem sabe, se resolver o pagamento da Lei n. 254, não volte até a brilhar o sol para que possamos ter Natal, final de ano e veraneio em Santa Catarina. Porque se não resolver, creio, sinceramente, que a nossa categoria vai dificultar bastante os lucros de alguns durante o verão aqui no nosso estado.

Além disso, quero parabenizar novamente e agradecer à deputada Ana Paula Lima pela lembrança e por trazer o bolo para que pudéssemos fazer esse trabalho aqui de buscar conscientizar a população, quem estão ouvindo, e o governo para resolver essa questão.

Quero falar também sobre a greve dos servidores públicos da cidade de São José. Ontem aderiram também os servidores da secretaria da Administração de Obras e os da Saúde, por tempo indeterminado. E já estão em greve há uma semana. A reivindicação é o plano de cargos e salários, que foi resolvido, negociado, acertado, mas não foi encaminhado para a Câmara de Vereadores ainda. E o prefeito Fernando Melquiades Elias, em reunião com servidores, disse: "Eu perdi a eleição e não é mais comigo que se resolve isso". Ele foi eleito há quatro anos para ser prefeito por três anos e meio ou por quatro anos? Já quer passar a bola! Até alguns dias antes da eleição dizia que iria resolver todos os problemas do universo. Perdeu a eleição e agora diz que não pode mais resolver nem os compromissos que havia assumido um mês antes.

Então, vemos que as coisas vão mal mesmo, mas não é só por salário que os servidores estão lutando. Eles estão lutando também pelo SUS. Nos postos de saúde de São José da terra firme, a nossa cidade onde moramos há oito anos, não há gaze, medicamentos, os equipamentos necessários para que os servidores possam fazer o serviço. Portanto, não adianta encerrar a greve porque não há como trabalhar! Falta tudo no Sistema de Saúde do município de São José! E estamos apoiando a greve dos servidores, buscando que haja uma negociação e que se possa sair dessa vergonha que está a saúde na cidade de São José. E voltaremos a falar nisso ainda hoje!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Na ausência de deputados do partido que queiram fazer uso da palavra, passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário ao Projeto de Emenda Constitucional n. 0005/2008, de autoria do deputado Valdir Cobalchini.

Comunica, outrossim, que a comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0486/2007, de autoria da deputada Professora Odete de Jesus.

A Presidência comunica ainda que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos ofícios que encaminham relatório de atividades das seguintes entidades:

- Associação de Serviços Voluntários de Massaranduba;
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lebon Régis;
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Monte Castelo;
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tangará;
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rio do Campo;
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Belo do Sul;
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itaiópolis;
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Domingos;
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mondai;
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Coronel Martins;
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Seara;

- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Salto Veloso;
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Balneário Barra do Sul;
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bom Jardim da Serra;
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Urubici;
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Trombudo Central;
- Associação de Bombeiro Comunitário de Iporá do Oeste;
- Grupo de Trabalho Comunitário Catarinense, de Florianópolis;
- Creche Santa Rita de Cássia, de Orleans;
- Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste de Chapecó;
- Sociedade Escolar Hamônia, de Ibirama; e
- Clube Musical São Pedro de Gaspar.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0232/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0243/2008, de origem governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no município de Içara para instalação do quartel da 2ª Companhia de Polícia Militar.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0232/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

A Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento, as Indicações n.s.: 0414/2008, de autoria do deputado Genésio Goulart; e 0415/2008, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretoria da Sociedade Musical Tubaronense, cumprimentando-a pelo aniversário de fundação daquela entidade.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Pedro Uczai, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Diretório Central dos Estudantes do Centro Universitário de Brusque, cumprimentando-o pela posse no cargo.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Pedro Uczai, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao gerente regional do INSS em Santa Catarina, reivindicando a instalação de uma agência no município de Iporá do Oeste.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e presidentes das Câmaras de Vereadores de Piratuba e São Martinho, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos escritores Flávio José Cardoso, Sérgio da Costa Ramos e aos presidentes da Academia Catarinense de Letras e da Fundação Cultural Badesc, cumprimentando-os pelo lançamento do livro *Duas Violas Arteiras*.

Este presidente solicita à deputada Professora Odete de Jesus que possa subscrever este requerimento, até porque estará hoje, às 18h30min, no lançamento do livro na Fundação Badesc, juntamente com meu irmão, Dante José Mendonça, que fez também a orelha deste livro.

(A deputada Professora Odete de Jesus aquiesce.)

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação Comercial de Rio do Sul, cumprimentando-o pela posse da nova diretoria.

Esta Presidência solicita para subscrever este requerimento.

(A sra. deputada Professora Odete de Jesus aquiesce.)

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito de Balneário Camboriú, cumprimentando-o pelo apoio na realização do Salão Imobiliário.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação Catarinense de Engenheiros de Florianópolis, cumprimentando-o pela realização do 5º Seminário Nacional de Modernas Técnicas Rodoviárias.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Eco Power Brasil de Florianópolis, cumprimentando-o pela realização do Fórum Internacional de Energia Renovável e Sustentabilidade.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Eletrosul, cumprimentando-o pela realização dos eventos alusivos à comemoração da Semana da Consciência Negra.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina, do município de Florianópolis, cumprimentando-o pela realização do 35º Encontro Estadual das Associações de Micro e Pequenas Empresas.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Empresa Hai Toyota, no município de Florianópolis, cumprimentando-o pela inauguração de sua nova sede.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito de Morro da Fumaça, cumprimentando-o pelo apoio na realização da 11ª Mostra de Dança.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis de Santa Catarina, cumprimentando-o pela realização do 4º Encontro de Loteadores e Incorporadores e do 7º Congresso de Direito e do Mercado Imobiliário de Santa Catarina.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Ana Paula Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica à orientadora e às alunas do Grupo de Medicina Veterinária da Furb de Blumenau, cumprimentando-as pela conquista do Prêmio WSPA de Bem-Estar Animal de 2008.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Eu não poderia deixar de mencionar por dois aspectos: é uma premiação internacional conferida inclusive a estudantes da nossa Furb, nessa luta também de torná-la federal. E, segundo, por ser um prêmio pertinente à proteção e bem-estar dos animais.

Então, fiquei muito feliz que alunas da nossa universidade, da nossa Furb, a Evelin, a Gabriela e a Carolina, sob a orientação da professora Maria Helena dos Santos, vão receber essa premiação internacional, dando cada vez mais prestígio, e também sempre preocupadas com a proteção dos nossos animais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Dagomar Carneiro, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao dr. Carlos Alberto Civinski, cumprimentando-o pela posse como Juiz de Direito Substituto de 2º Grau do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Serafim Venzon, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e presidentes das Câmaras de Vereadores de: São Martinho, Massaranduba, Lacerdópolis, Rancho Queimado, Antônio Carlos, Governador Celso Ramos, Chapadão do Lajeado, Lages e Piratuba, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

Esta Presidência solicita subscrever este requerimento.

(O deputado Serafim Venzon aquiesce.)

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretoria, aos jogadores e a toda torcida do Avaí Futebol Clube, cumprimentando-os pela conquista da vaga na Primeira Divisão do Campeonato Brasileiro.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - A bancada do Partido dos Trabalhadores, mesmo respeitando as torcidas de outros times, solicita subscrever este requerimento de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, com a anuência do respectivo deputado.

Quero parabenizar os azuis do Avaí e, com certeza, estender esses parabéns aos próprios gremistas, pois estamos torcendo também para que o Grêmio se torne campeão brasileiro.

Então, queremos nos somar a este requerimento para parabenizar o Avaí e todos os seus torcedores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - V.Exa. tem a anuência do deputado Sargento Amauri Soares.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra o deputado Manoel Mota, que é torcedor do Figueirense.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu quero também me somar a este requerimento, parabenizar a todos os avaianos pela grande festa, ontem, em Santa Catarina. Cheguei por volta de 1h de Brasília e as ruas ainda estavam tomadas.

Precisamos comemorar mesmo porque o time vai para a primeira divisão, e isso é bom para Santa Catarina. Vamos torcer para que o Figueirense reverta esse processo e também se mantenha na primeira divisão do campeonato brasileiro. Vamos torcer por isso.

Mas, neste momento, gostaríamos, em nome da nossa bancada, também de subscrever este requerimento. Penso que Santa Catarina ganhou muito ontem com a vitória do Avaí e nós todos devemos comemorar. Como Santa Catarina ganha? Ganha com um grande clube, o Avaí. Quero parabenizar todos os avaianos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a anuência do deputado Sargento Amauri Soares, será subscrito também por toda a bancada do PMDB.

Pelo que vejo o Avaí é uma unanimidade aqui neste momento nesta Casa.

Moção de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviada aos membros do conselho gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, solicitando estudos para aprovação de proposta de ampliação do valor limite financeiro por agricultor que acesse o programa.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviada ao ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, solicitando estudos para estender a modalidade de incentivo à produção e consumo do leite, do Programa de Aquisição de Alimentos, para a região sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviada ao ministro do Desenvolvimento Agrário e ao secretário nacional da Agricultura Familiar, solicitando a inclusão dos agricultores que realizaram financiamento de investimentos no setor do leite, nos anos de 2005 a 2007, no Programa de Preços da Agricultura Familiar.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Fim da matéria da pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o deputado Manoel Mota, que declina do uso da palavra até porque já se manifestou no horário do seu partido, o PMDB.

Na seqüência, o próximo orador inscrito é o deputado Pedro Baldissera, vindo de Guaraciaba, no extremo oeste de Santa Catarina, ex-prefeito deste município, que fará uso da palavra por um tempo de até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Muito obrigado, sr. presidente, srs. deputados, quero aproveitar este momento, em Explicação Pessoal, para poder externar aqui o sentimento da nossa grande região do extremo oeste do estado de Santa Catarina, onde temos vivido, ao longo deste último século de caminhada, uma história de muitas lutas e, ao mesmo tempo, de muitas incertezas, uma história que está marcada de muitas vitórias e derrotas.

Mas quero dizer aqui que a região oeste, extremo oeste do estado de Santa Catarina, durante várias décadas, teve uma desatenção muito grande por parte do poder público, de maneira especial no que se refere ao estado e à União.

Na verdade, sempre faltaram políticas públicas, adequadas à configuração social e econômica daquela nossa grande região, voltadas àquela população. Apesar de ser um grande celeiro catarinense - e aqui existe esse reconhecimento - e das regiões oeste e extremo oeste concentrarem 80% das ocupações produtivas do estado, foi, sem dúvida nenhuma, necessário batalhar incansavelmente, trabalhar muito e constantemente pela ampliação de perspectivas, de programas e de projetos que, de uma forma mais ampla e geral, pudessem dar uma vida mais digna e melhor àquela população e, de maneira muito especial, à população ligada ao campo e à agricultura familiar.

Vivenciamos nesta época um acentuado êxodo rural, onde famílias inteiras abandonam suas atividades na roça, basicamente os jovens, que, em número bem elevado, saem em busca de oportunidades e condições de vida, sentem-se desafiados, obrigados a abandonar a sua família, o seu trabalho e a buscar outros setores alternativos da sociedade, outras oportunidades de vida.

Se continuar nessa direção, nesse sentido, se não houver um olhar diferenciado do estado, do poder público para com aquela região, com a implementação de diferentes programas, políticas, sem dúvida nenhuma, o futuro será muito desafiador para toda aquela região.

Tenho acompanhado nestes últimos anos várias iniciativas do governo do presidente Lula, iniciativas extremamente positivas e importantes como, por exemplo, a criação da Universidade da Mesorregião, aliás, um sonho histórico, querido e desejado pela população em geral da região oeste do estado de Santa Catarina. E, este sonho, aos poucos, vai sendo realizado, vai sendo edificado, através da própria decisão do governo do presidente Lula, da criação da Universidade da Mesorregião.

Isso sem dúvida nenhuma vai despertar, em todos os setores daquela região, iniciativas de inclusão social, de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, cria perspectivas aos nossos adolescentes, aos nossos jovens no sentido de permanecerem na região e acreditarem no seu potencial, o que não foi despertado durante estas últimas décadas que nós vivenciamos.

Além disso, outro aspecto extremamente importante para aquela região é a iniciativa, por parte do governo do presidente Lula, da criação de inúmeros Cefets, Ifets, e entre eles está o de São Miguel d'Oeste. A região do extremo oeste do nosso estado foi contemplada e a sua implantação está em pleno vapor, oportunizando a profissionalização, a capacitação de inúmeras pessoas, para que se possam adequar à realidade da região, preparando-se para atender as diferentes demandas.

Além disso, nós temos a conclusão da BR-282, que liga São Miguel d'Oeste à divisa com a Argentina, passando pelo município de Paraíso, um corredor extremamente importante, que faz a ligação entre o Oceano Atlântico e o Pacífico. Portanto é uma rodovia extremamente importante, esperada por mais de 40 anos, e nós vemos esse sonho sendo realizado neste momento, através de uma ação do presidente Lula.

Parece-me que se houvesse, ao longo da história, principalmente nestes últimos 40, 50 anos, políticas de inclusão social, programas pensados com o olhar para o futuro, não para o hoje - porque o estado deve ter essa perspectiva de futuro -, seriam realizados melhores programas de desenvolvimento que garantiriam inclusão social, geração de renda e qualidade de vida ao nosso povo.

Esse seria um administrador com os pés no presente, mas com o olhar para longe. É essa perspectiva é que reveste de auto-estima, de sentimento e ideal positivo os cidadãos e cidadãs.

Muito obrigado, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri Soares, que fará uso da palavra por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL e demais pessoas que nos acompanham nesta sessão, especialmente os avaianos.

Nós falávamos, no pronunciamento anterior, da Lei n. 254, da reunião que vai haver amanhã com o Comitê Gestor e da expectativa de termos uma boa notícia, mas, por enquanto, continuamos a mobilização e tocando todos os trabalhos conforme o combinado, até que tenhamos uma definição sobre a questão e um decreto assinado por parte do governador do estado.

Falava também da greve dos servidores municipais de São José, uma greve pelo Plano de Cargos e Salários, uma greve porque falta gaze, medicamentos e hipoclorito nos postos de saúde da cidade de São José, a nossa "São José da Terra Firme", cidade onde moro.

São José, que é a quarta economia do estado de Santa Catarina, não fez a Conferência Municipal de Saúde no ano passado, portanto, não teve representação na Conferência Estadual de Saúde, nem na Conferência Nacional de Saúde, tendo inclusive sofrido uma moção de repúdio pela Conferência Nacional de Saúde por causa desse desleixo.

Agora, em 2008, por intervenção, por determinação do Ministério Público foi realizada a Conferência Municipal de Saúde em São José, foi eleito um novo conselho. Mas, por incrível que possa parecer, o prefeito Fernando Elias entrou na Justiça para embargar, para destituir o Conselho Municipal de Saúde eleito, e esta discussão está nesse impasse judicial.

Em três anos e meio, o prefeito Fernando Elias teve nada mais, nada menos, do que 10 secretários de Saúde. Isso mostra que a questão da saúde nesta cidade foi tratada com absoluto desleixo por parte do Poder Público municipal.

Esperamos que o próximo prefeito, Djalma Berger, cujo vice-prefeito é o nosso amigo Telminho, do PDT, possa resolver isso. Se o prefeito atual não o fizer, que, pelo menos, a partir de janeiro, estabeleça-se a racionalidade no serviço público na cidade de São José, especialmente na área da saúde.

Mas a greve dos servidores tem que ser tratada e resolvida ainda nesta semana. Não é possível que o prefeito diga que, porque não foi reeleito, não tem mais compromisso com a cidade e com aquilo que havia se comprometido anteriormente. A questão da greve precisa ser resolvida, assim como os demais descalabros, principalmente na área da saúde, precisam ser resolvidos com urgência, porque aquela população, a quarta maior do estado, não pode ficar à mercê da boa vontade ou da má vontade dos administradores municipais.

Perderam a eleição, estão magoados e não querem encaminhar os compromissos que tinham assumido anteriormente, como se em 2004 não tivessem sido eleitos para governar durante quatro anos. Foi eleito para governar durante quatro anos, portanto seu mandato termina somente no dia 31 de dezembro. Até lá é responsabilidade, sim, do sr. Fernando Elias a questão da administração municipal em São José.

Mas o assunto principal de hoje, neste pronunciamento, é uma grande homenagem que precisamos fazer a todos os avaianos do estado de Santa Catarina, aqui da Grande Florianópolis, porque tivemos um fato histórico no esporte catarinense na noite de ontem que foi o acesso à série A do futebol brasileiro, o acesso à elite do futebol brasileiro por parte do Avaí Futebol Clube, o nosso Leão da Ilha.

Sou avaino desde 1985, quando conheci o Avaí através de um jogo transmitido pela televisão lá na cidade de Imbuia. Era ainda muito jovem, garoto, quando assisti na televisão o primeiro jogo de futebol, torneio avaino e, com muito orgulho, levanto essa bandeira hoje, que, como podem ver, já tem uma estrela amarela porque o Avaí chegou à Série B por méritos, foi campeão da Série C dez anos atrás.

Remamos, sim, por dez anos na segunda divisão, quase chegamos lá uma meia dúzia de vezes, especialmente em 2004, mas agora, neste ano de 2008, chegamos com honra, com glória à Série A, à elite do futebol brasileiro.

É uma satisfação para nós, a torcida avaiana fez uma grande festa aqui na Grande Florianópolis e no estado de Santa Catarina na noite de ontem. Dizem que o Avaí não tem a maior torcida de Santa Catarina, mas desde ontem estou convencido do contrário, porque imaginem v.exas., que fazem o trajeto Florianópolis - São José - Palhoça - Biguaçu nos finais de tarde e sabem do engarrafamento que acontece das 17h15min até as 20h, que ontem isso não aconteceu, não houve engarrafamento, a cidade estava liberada, não havia trânsito daqui para lá, todos estavam vindo de lá para cá para ir a Ressacada ou para os bares e restaurantes da cidade pois já sabíamos que o Avaí iria se consagrar como o mais novo representante do futebol catarinense, do futebol brasileiro na Série A, na elite do futebol nacional.

Então, não havia fila para sair da ilha ontem, no final da tarde. E eu estou convencido de que a maioria da população da Grande Florianópolis torce pelo Avaí e ontem veio para o lado de cá da ponte para poder acompanhar isso mais de perto.

Como já foi aprovado aqui o requerimento, e agradeço aos deputados de várias bancadas pela subscrição ao nosso requerimento, quero parabenizar toda a diretoria do Avaí, todos os atletas do Avaí, desde a escolinha de base, desde a primeira escolinha até os maiores artilheiros do campeonato da segunda divisão, e todos os torcedores do Avaí Futebol Clube.

E não estamos fazendo isso com nenhum rancor, com nenhuma mágoa! Não! Da nossa parte torcemos para que o Figueirense permaneça na Série A. Torcemos para que o Criciúma não caia da Série B e possa também, no próximo ano, subir para a Série A, porque isso valoriza o futebol de Santa Catarina, fortalece o nosso campeonato estadual e impõe aos clubes que tenham que manter os plantéis, manter os melhores jogadores. É isso que possibilita que mais clubes de Santa Catarina tenham o ano inteiro um time formado para disputar o campeonato estadual no primeiro semestre e ir para o segundo semestre disputar o campeonato nacional, de preferência da Série A. É isso que fortalece o nosso esporte e é isso, sim, que pode garantir que a Copa do Mundo venha para o nosso estado, pois se nós não tivermos ninguém na Série A, se nós não tivermos mais de um clube na elite do futebol nacional, dificilmente os grandes eventos esportivos virão para Santa Catarina.

Então, nossos parabéns para a torcida, para a diretoria e para os atletas.

Mas, srs. deputados, eu queria falar também sobre o esporte amador, porque não existe esporte profissional de qualidade se o esporte amador não for valorizado, não for patrocinado.

Nós tivemos, no dia 19 de outubro, a quarta etapa do Campeonato Catarinense de Taekwondo aqui no ginásio do Sesc. Havia mais de 500 atletas - jovens, adolescentes e crianças - competindo, mais de mil pessoas dentro do ginásio lotado e não havia nenhum patrocínio de órgão público nem de órgão privado. As famílias bancam para que os seus filhos possam praticar o esporte.

No dia 1º de novembro foi realizado o torneio em Santo Amaro da Imperatriz - Esporte sim, drogas não. E para falar só de um esporte, o taekwondo, ele serve para tirar a juventude da possibilidade da droga. Lá, sim, há o patrocínio e o apoio da prefeitura municipal e da Santec de Santo Amaro da Imperatriz.

A Federação Catarinense de Taekwondo está realizando esse grande trabalho sem patrocínio. Serão realizados os Jogos Abertos, sendo que 67 municípios já estão inscritos para participar do taekwondo em Rio dos Cedros, a partir do dia 22 de novembro, e por isso o nosso poder público precisa incentivar mais o esporte amador, para que efetivamente o esporte cresça em Santa Catarina.

Mas hoje é dia de festa e apesar de o céu estar cinzento, deveria estar todo azul aqui na Grande Florianópolis, em cima dessa ilha cercada de mar, tudo azul, da cor do mar, da cor do nosso Leão da Ilha...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, que representa o Berço da Fiação Catarinense, o município de Brusque, e que nasceu no município de Botuverá, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado, deputado Peninha. V.Exa. conhece os detalhes do currículo de todos os parlamentares desta Casa.

Saúdo, em seu nome, os parlamentares, as sras. deputadas e também aqueles que acompanham esta sessão através da TVAL e da Rádio AleSc Digital.

Nesta semana, na segunda-feira especificamente, o Tribunal de Justiça, através de seu presidente, desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho, inaugurou, em Nova Trento, no vale do rio Tijucas, a Casa da Cidadania, destinada a resolver as pequenas causas. Pequenas para quem as analisa, mas grandes e importantes para aqueles que estão envolvidos. Às vezes se trata de questões aparentemente pequenas com vizinhos, com colegas de trabalho, enfim, com as pessoas mais próximas, mas que não raro se perdem e não têm a oportunidade de ter uma conversa de reconciliação.

Essas Casas da Cidadania que o governo do estado inaugura, através de convênio da prefeitura com o Tribunal de Justiça, são praticamente um sonho. E v.exa., deputado Peninha, tem sempre se empenhado muito para que se possa implantar em cada município uma casa dessas.

Em Nova Trento, o dr. Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho inaugurou, juntamente com a prefeita, uma Casa da Cidadania, que representa mais um grande recurso para a sociedade daquele município, para que possa buscar a solução de causas aparentemente pequenas, como disse, mas que são grandes para seus propositores.

Mas eu queria hoje analisar e pedir um apoio especial aos líderes e aos deputados desta Casa.

Durantes esses dias quem está governando o estado é o vice-governador Leonel Pavan. Mas ele, juntamente com o governador Luiz Henrique da Silveira, tem-se empenhado para desenvolver o estado por inteiro, através de um conjunto de ações. E dia após dia percorremos - Leonel Pavan, Luiz Henrique e nós, deputados - todo o estado. O estado tem ouvidos e braços em todas as regiões, através das secretarias de Desenvolvimento Regional. Nós estamos ouvindo e tentando atender a grande demanda que o estado exige.

No meu entender, deputados Peninha e Jean Kuhlmann, v.exa. que liderou a Fatma de Santa Catarina, as estruturas das secretarias de Desenvolvimento Regional, hoje, são formadas basicamente pelo secretário do Desenvolvimento Regional, por um diretor-geral, um assessor jurídico, um assessor de imprensa, um gerente de ação social, um gerente de saúde, um gerente de desenvolvimento, um gerente de turismo, um gerente de administração, de planejamento e de educação. E eu vejo que é urgente que se coloque uma gerência da Fatma em cada uma delas.

Cada secretaria de Desenvolvimento Regional tem seis, sete, oito municípios e é responsável por mais de 150, 200 mil habitantes. Em todas as cidades existe um conjunto de obras sendo executadas. O respeito ao meio ambiente e a sua preservação e promoção são importantes e a Fatma não pode ser um órgão distante. A Fatma tem que levar a orientação, acompanhar desde a fase do projeto, orientar a sua elaboração, para não ser simplesmente um órgão de repressão.

Eu estive esta semana em algumas cidades do planalto serrano e ouvi algumas reclamações. Levei isso ao governador em exercício, Leonel Pavan, e ele concordou comigo, porque muitas vezes, ao invés de o colono, de o agricultor ser orientado sobre o que tem que respeitar no meio ambiente, eles chegam lá com a multa pronta, obrigando o colono a se explicar e, às vezes, a pagar uma multa, gerando um processo longo que o perturba muito.

Então, sr. presidente, se nós elaborarmos esse projeto neste final de ano, será necessário o governo do estado dar uma agilidade maior a essa questão ambiental, já que há na estrutura das secretarias de Desenvolvimento Regional todas essas gerências que, graças a Deus, funcionam bem, mas gostaríamos que funcionassem ainda melhor. Quantos projetos ficam emperrados durante muito tempo e a razão principal de não acontecerem é exatamente porque está faltando a liberação ambiental.

Então, se nós tivermos em cada Regional um gerente com uma pequena estrutura vinculada à Fatma, é claro que poderemos dar uma agilidade maior e também buscar uma eficiência aos projetos, para que haja respeito ao meio ambiente e não ser simplesmente um órgão de repressão, que muitas vezes deixa os investidores preocupados.

Sr. presidente e srs. deputados, para encerrar e reiterar a minha observação, quero dizer que o desenvolvimento do estado de Santa Catarina tem que acontecer e chegar em todas as cidades, mas temos, sim, que respeitar o meio ambiente, até porque é dele que todos nós dependemos. E a Fatma tem que ser o primeiro órgão de orientação que vai acompanhar desde a elaboração do projeto até sua execução. E a melhor forma para que possamos ter isso é justamente implantando em cada Regional uma gerência da Fatma vinculada diretamente ao órgão da capital, dando assim mais agilidade.

Eu lembro que a metade da Regional de Brusque, por exemplo, compreendendo os municípios de Botuverá, Guabiruba e Brusque, está vinculada à gerência de Blumenau. Por outro lado, os municípios de Tijucas, Canelinha, São João Batista e Major Gercino estão vinculados à Regional da Grande Florianópolis. E aí eu imagino que fica difícil para o secretário do Desenvolvimento Regional de Brusque, porque uma hora ele tem que ir a Blumenau para resolver uma questão ambiental vinculada à Regional de Brusque, outra hora ele tem que vir à gerência regional da Grande Florianópolis para resolver algumas questões vinculadas aos municípios do vale do rio Tijucas.

Por isso, então, deveríamos ter, no mínimo, em cada Regional uma gerência, naturalmente que uma única gerência. Brusque, por exemplo, além de não ter uma gerência, ainda está dividida ao meio, sendo a metade com Blumenau e a outra metade com Brusque.

Assim sendo, quero pedir um especial apoio dos nobres pares no sentido de aprovarem esse meu projeto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Pedro Uczai, ex-prefeito do município de Chapecó, o maior município do oeste de Santa Catarina, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, deputado Rogério Mendonça, demais deputados estaduais, quero, inicialmente, fazer um registro e agradecer a presença em nossa Casa do ex-deputado Paulo Eccel, que muito contribuiu neste Parlamento catarinense para a conquista da cidadania do povo catarinense, hoje prefeito eleito da querida cidade de Brusque, junto com o seu parceiro vice-prefeito eleito, o Farinha, que, de forma extraordinária, conquistaram, nas últimas eleições municipais, a vitória política e eleitoral naquela cidade.

A cidade de Brusque, por sinal, me acolheu quando fui para lá jovem fazer a minha primeira faculdade, recebendo-me muito bem. Tenho muitos amigos lá, muitas lembranças, e na vitória do Paulo Eccel e do Farinha nós fomos nesse município num domingo, após as eleições, tomar uma boa cachacinha para comemorar a vitória deles.

Por isso sejam bem-vindos, Paulo Eccel e Farinha, ao nosso Parlamento catarinense. E uma das lutas de Paulo Eccel aqui como deputado, dando continuidade às que já havia começado na condição de deputado estadual, foi a luta da educação, a luta pelo ensino superior. E eu não posso deixar aqui de fazer o registro histórico de uma conquista dele, que foi o art. 170, e na relação com o sistema Acafe, com as nossas universidades comunitárias.

Nós realizamos, na semana passada, uma audiência pública na Uniplac, em Lages, que hoje passa por dificuldades financeiras, e eu não poderia deixar de dizer que o sistema Acafe, as universidades comunitárias devem ser fortalecidas para que em médio e em longo prazo possam tornar-se públicas, gratuitas, democráticas, de qualidade e não necessariamente estatais. Inclusive estamos discutindo um projeto de lei, no plano nacional, para regulamentar e criar essa pessoa jurídica de instituição pública e comunitária, não estatal. E esse foi um dos caminhos discutidos e debatidos nessa audiência pública que aconteceu na Uniplac.

E na audiência pública em defesa do sistema Acafe, das universidades comunitárias e, particularmente, da Uniplac, que passa por dificuldade financeira, foi encaminhado à bancada catarinense de deputados federais e senadores a possibilidade de uma emenda orçamentária para 2009 para apoiar a Uniplac. E, para a nossa alegria, deputado Valmir Comin, ontem, reunida a bancada catarinense no Congresso Nacional, votaram e apoiaram, entre outras emendas, inclusive para o sul do estado, o apoio financeiro à Uniplac. E faço questão de aqui fazer este registro.

Quero também fazer o registro e parabenizar os deputados federais, os senadores pela sensibilidade e pelo apoio que deram a essa reivindicação da comunidade serrana a uma instituição histórica, que se misturou com a história da região de Lages e da região serrana e abrir um parêntesis a respeito das duas outras emendas aprovadas aqui, que tratam da reforma e da ampliação do aeroporto de Chapecó.

Na condição de prefeito daquela cidade iniciamos a internacionalização do aeroporto, que agora precisa de mais recursos do governo do presidente Lula para fazer desse aeroporto municipal de Chapecó um aeroporto com dimensão nacional e internacional, como também dos recursos aprovados na bancada catarinense para a implantação da nova universidade federal em Santa Catarina, a segunda do estado, além da nossa federal, que é a Universidade da Fronteira do Mercosul, com sede em Chapecó, que vai ter com a aprovação dessa emenda coletiva recursos em 2009 para iniciar a instalação, a implantação e o funcionamento já dos primeiros cursos de graduação nessa nova universidade.

Eu, que sou professor universitário há mais de 20 anos, e os professores lutamos pelo art. 170, que hoje contempla 15 mil, 16 mil jovens com bolsa de estudo, uma luta para que a Uniplac volte à sua normalidade com recurso inclusive do governo do presidente Lula e também por uma nova universidade federal pública e gratuita no nosso oeste de

Santa Catarina. Depois de 48 anos, com uma única universidade federal na ilha de Santa Catarina, conquistar essa nova universidade federal é cidadania, é conquista, é um direito de estudo da nossa juventude.

Por isso o governo do presidente Lula, o ministro da Educação, estão promovendo essa revolução que está sendo feita na educação brasileira junto ao estado, além da Universidade Federal implantando novas escolas técnicas federais, com institutos tecnológicos, transformando o Cefet em Ifet. Nessa revolução que está acontecendo na educação brasileira, Santa Catarina também é contemplada pelo governo do presidente Lula.

Lamentavelmente não podemos dizer o mesmo do governo estadual quando o governador Luiz Henrique da Silveira, junto com outros governadores, entra na Justiça considerando inconstitucional o piso nacional dos professores de R\$ 950,00. É lamentável o governo do estado dizer que educação é prioridade. Não é! Na prática está tentando deslegitimar uma conquista do Brasil, e não só dos professores no plano nacional, impedindo que o professor receba R\$ 950,00 por mês numa carga horária de 40 horas.

Por isso o governo do estado precisa rever a sua posição. Qualidade na educação é professor valorizado! Qualidade na educação é professor em sala de aula; é professor estudando, se preparando, pesquisando para ensinar melhor os nossos filhos, os filhos dos catarinenses.

Por isso sem demagogia, sem proselitismo político, dizer que educação é prioridade em Santa Catarina, quando entram com Ação Direta de Inconstitucionalidade para destruir o piso nacional?

Deputado Serafim Venzon - e v.exa. é do PSDB e defensor de uma tradição da educação como prioridade -, não é possível o nosso estado destruir o piso nacional, não implantar um piso de R\$ 950,00 e dizer que educação é uma prioridade. V.Exa. tem como seu parceiro o secretário da Educação, Paulo Bauer, que também é o do PSDB. E é preciso rever essa posição do governador, é preciso rever essa Adin, é preciso rever e implantar o piso nacional dos professores aqui em Santa Catarina.

Nós estamos propondo um fórum parlamentar em defesa do piso nacional, e ao mesmo tempo já aprovamos um requerimento convidando o secretário da Educação para discutir conosco a implantação do piso. Deixamos de fazer o requerimento convocando, estamos convidando, e até a próxima terça-feira vamos aguardar o retorno do secretário da Educação para vir até este Parlamento discutir a implantação do piso estadual.

Quero dizer sem demagogia que eu estou aqui e não gostaria de estar criticando o governo estadual por isso, pelo contrário, gostaria de estar elogiando - como em outras matérias o fiz nesta tribuna - por implantar o piso nacional aqui em Santa Catarina, de R\$ 950,00.

Melhor valorização, melhor motivação para o professor é passar de 20%, que hoje o governo do estado está permitindo a hora/atividade passar para 33%; é a contratação de mais alguns professores. Educação é investimento, não é custo!

Portanto governo do estado, diga para o povo catarinense se a educação é ou não é prioridade. Fui prefeito em Chapecó, deixei os salários dos professores entre os melhores do estado e a prefeitura não quebrou! Permitimos a 25 mil jovens e adultos, em oito anos no governo do PT, que fossem estudar e a prefeitura não quebrou!

Portanto, educação é investimento, não é custo! Enquanto alguns países europeus estão discutindo ampliar para 10% do PIB o investimento em ciência, tecnologia e educação, nós investimos 4% no país, e aqui em Santa Catarina apertamos para manter só o que prevê a Constituição.

O piso estadual, que é o piso nacional, é o mínimo para um professor: R\$ 950,00! Enquanto os parlamentares aqui, deputado Rogério Mendonça, estão discutindo para que outros servidores do estado tenham o teto do Tribunal de Justiça, nós não conseguimos um piso de R\$ 950,00 para os professores. Está-se discutindo R\$ 25 mil de teto para alguns servidores do estado, mas nós não conseguimos implantar um piso de R\$ 950,00 para os nossos educadores. Que futuro tem Santa Catarina?

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Rogério Mendonça.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, queria cumprimentar o vereador José May, de São Carlos, que acompanha os trabalhos desta Casa, bem como o prefeito eleito de Brusque, Paulo Eccel, que já foi parlamentar desta Casa, acompanhado do vice-prefeito Evandro de Farias, que vieram visitar diversos parlamentares.

Por último, sr. presidente, quero manifestar a minha solidariedade aos professores. Os professores de Santa Catarina terão, sim, um piso mínimo. Ninguém vai ganhar menos de R\$ 950,00! É isso que diz a lei federal. O governo do estado tinha alguns salários diferenciados, mas nós, parlamentares, e, à nossa frente, seguramente, o vice-governador Leonel Pavan e o governador Luiz Henrique, estaremos defendendo que nenhum professor ganhe menos de R\$ 950,00.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o deputado Rogério Mendonça, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. presidente Deputado Valmir Comin, saúdo os demais deputados presentes.

A minha saudação, também, ao prefeito eleito de Brusque, nosso ex-colega deputado Paulo Eccel. Tivemos uma bellissima convivência nesta Casa, e da mesma forma saúdo o vice-prefeito eleito Farinha, um jovem que assume a vice-prefeitura de Brusque. Concorreram com o nosso colega Dagomar Carneiro e contra o dr. Osvaldo do PMDB. Sem dúvida a democracia fez justiça escolhendo o deputado Paulo Eccel e o Evandro de Farias e tenho certeza de que os dois farão uma boa administração na cidade de Brusque.

Quero dizer, deputado Paulo Eccel e Evandro de Farias, que o meu gabinete estará totalmente à disposição de vocês para que possam colocar em prática tudo aquilo que prometeram no plano de governo.

Não nessa eleição, mas na eleição anterior, quando o deputado Paulo Eccel foi candidato a prefeito do município de Brusque e o Dirceu Marchiori, do PMDB, era seu vice, tive a oportunidade, por diversas vezes, de estar naquele município no palanque elogiando sua pessoa como candidato. Com certeza o meu conceito não mudou em relação à v.exa. Evidentemente que tinha, nessa eleição, outro candidato, o dr. Osvaldo Quirino de Souza, mas tenho plena confiança de que v.exa. fará, juntamente com o Farinha, e com o Ademir Braz de Souza, que é o nosso candidato do PMDB, um grande trabalho em Brusque.

Mas quero falar sobre um assunto que vem tomando conta do noticiário dos principais jornais do Brasil, e que volta à tona, qual seja a reforma política. Tomara que dessa vez a reforma política saia efetivamente do papel, assim como a reforma tributária.

Passa governo, muda governo, fala-se da reforma tributária; que vamos mudar as questões tributárias do país e ninguém consegue colocar em prática.

Da mesma forma, a reforma política que nesse momento é uma iniciativa do governo federal, do ministro da Justiça Tarso Genro, tomara que saia do papel, porque não pode continuar como está essa salada ideológica que temos em todo o Brasil que já citei aqui, inclusive, num pronunciamento que fiz nesta Casa em relação às últimas eleições.

Citava, inclusive, uma situação que aconteceu comigo que, durante as últimas eleições, num dia só, eu estava no município de Agrolândia, e lá o PMDB era o vice do PT, o vice do 13, e eu estava naquele momento com o 13 na minha lapela. Saí dali e fui para um comício em Rio do Sul. Lá entrei com o 13, mas tiraram o 13 e colocaram o 25, porque o PMDB estava coligado com o Democratas, o vice era do PMDB, em Rio do Sul. Terminei o comício em Rio do Sul e fui para Laurentino. Lá chegando, eu estava com o 25 no peito, tiraram rapidamente porque lá o PMDB era candidato a prefeito e o vice era do PSDB. Troquei o número, já estava com o 45 e de lá fui a um comício na cidade de Rio do Oeste, onde o PMDB era o vice do PP e tive que trocar o 15 e colocar o 11.

No outro dia fui a Rio do Campo, onde o PMDB era o vice do Democratas, e tive que colocar o 45 no peito. Enfim, é uma salada ideológica tão grande, que deixa o eleitor perdido no meio de toda essa confusão.

Acredito que deveríamos ter uma definição mais clara em relação às coligações. Não deveríamos ter, deputado Dagomar Carneiro, coligações na proporcional, porque acredito que cada partido deveria lançar os seus nomes na eleição proporcional, sendo que na majoritária sim, poderíamos admitir as coligações.

Outro ponto que se fala muito é a questão da lista partidária para a escolha dos candidatos ao Legislativo na próxima eleição que está nesse projeto de reforma política. Listas fechadas e não abertas, como funciona hoje. Ou seja, os partidos definiriam os seus candidatos, e dentro de uma ordem de votação, dependendo do coeficiente eleitoral que cada partido conseguisse, iria eleger o primeiro, o segundo e o terceiro em função dos votos dentro da lista partidária. A reforma política é necessária e é urgente.

Por outro lado também, deputado Valmir Comin, vejo que há muita eleição neste país e que a cada dois anos o país pára. Um ano trabalha, no outro tem eleição. E nós sabemos, nos municípios e no estado, que não é da mesma forma que é conduzida a administração municipal, estadual e federal em ano de eleição. Nós deveríamos acabar com o instituto da reeleição, até porque sabemos que quem concorre à reeleição, concorre de maneira privilegiada.

Defendo, sim, a reforma política, mas que ela saia do papel e que não aconteça simplesmente para defender interesses de quem está, naquele momento, de plantão ou de quem está no governo. Defendo uma reforma política que abrangesse todos os interesses dos brasileiros, e do Brasil, mas que não pudesse continuar como está, essa salada ideológica, repito, que tem acontecido no nosso país.

Mas quero também aproveitar esse espaço para falar sobre o projeto de lei que tramita nesta Casa com relação ao piso salarial. Quero dizer, deputado Pedro Uczai, que nós não somos contra o piso nacional para a educação. Pelo contrário, Santa Catarina com certeza não terá o salário dos professores menor do que o piso nacional que for estabelecido. Parece-me que a controvérsia está em torno das horas/aula, em que 13%... Não sei exatamente o número, mas há necessidade para o preparo das aulas, e isso vai fazer com que haja necessidade de uma contratação muito grande de professores, no caso de Santa Catarina, inviabilizando inclusive a folha de pagamento.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Pois não! Eu concedo um aparte ao deputado Pedro Uczai, até porque é importante que nós possamos continuar esse debate e que possamos, também nesta Casa, tomar posições e defender, com toda a certeza também, os interesses dos professores de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Acho que é importante esse debate. O que está colocado? É aumento da folha de pagamento? Sim! Mas qual é a compreensão? Um professor que tem 40 horas de carga horária tem 26 horas em sala de aula e 14 para preparar as aulas. Isso significa 33%. Hoje o governo do estado só permite 20% de hora/atividade. Então, é passar de 20% para 33%. Essa é a diferença. É evidente que com essa diferença precisará de mais professores em sala de aula, então haverá necessidade de contratação. Isso dará um impacto de R\$ 20 milhões, R\$ 30 milhões ou de R\$ 40 milhões, mas se pegarmos o orçamento-geral, que é de R\$ 11 bilhões, o impacto não é muito grande; se for R\$ 400 milhões ou R\$ 500 milhões ao ano, isso não é significativo dentro do total, dentro da necessidade de investimento na Educação.

Por isso é que temos que ver não como custo, mas como investimento. E todos ganham, porque será o melhor investimento! É dinheiro do povo catarinense! Perguntem ao povo de Santa Catarina onde eles poderiam investir? Podem ter certeza de que irão dizer que seria na Educação.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Acredito, sr. presidente, que de repente nós poderíamos sair por um processo gradativo para que pudéssemos chegar a esse ponto - não em relação ao piso, que eu acho que Santa Catarina deve ter e terá um mínimo de R\$ 950,00 -, a essa preocupação com a contratação de professores...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Valmir Comin, o último orador inscrito. Quero agradecer-lhe por assumir a Presidência para que eu pudesse também utilizar da palavra.

Com a palavra o deputado Valmir Comin por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, faço uso da tribuna na tarde de hoje, para tecer comentário sobre uma matéria que pude ler no *Diário do Sul*, que diz o seguinte:

(Passa a ler)

"Irmã Enedina comunica afastamento do HNSC

Tubarão - O Hospital Nossa Senhora da Conceição passará por mudanças na administração a partir de janeiro de 2009. A irmã Enedina Sacheti, atual diretora da instituição, assumirá ao lado da irmã Rita Fambömel (diretora do Colégio São José) e mais quatro religiosas, a coordenação da Província Coração de Jesus e da Sociedade Divina Providência, em Florianópolis.

De acordo com a irmã Enedina, a idéia é formar um grupo administrativo que possa acompanhar mais de perto os projetos, as obras (hospitais e escolas) e dar auxílio às equipes responsáveis por essas entidades.

'Antes quatro irmãs prestavam assistência às obras. Sempre recebi convites para estar junto a essa equipe. Mas eu sempre pensei que não era o momento, eu não queria sair de Tubarão, onde estou há 21 anos, porque tenho uma missão aqui', conta.

No entanto, segundo ela, o momento agora é propício à aceitação. 'Está tudo bem encaminhado aqui e, na verdade, eu não vou deixar o hospital completamente. Não será uma ausência permanente, e sim periódica. Estarei sempre na cidade, acompanhando as reformas, os projetos e investimentos no hospital. Nada vai parar, nada vai mudar', garante.

A Província Coração de Jesus é a personalidade jurídica que cuida da administração das 30 comunidades religiosas, compostas por 202 irmãs, em vários pontos do estado. Elas são responsáveis por quatro colégios (em Blumenau, Joinville, Laguna e Tubarão) e quatro hospitais (Blumenau, Jaraguá do Sul, Tijucas e Tubarão), que formam a Sociedade Divina Providência.

'Até o dia 28 de janeiro ficaremos em Tubarão. Depois, eu e a irmã Rita passaremos a morar em Florianópolis. Antes, faremos uma reunião e definiremos quem irá nos substituir (a mim no hospital e a ela, no colégio). Estou estudando as possibilidades para chegar à melhor conclusão: se traremos alguém de fora ou se nomearemos alguém que já está conosco,' diz.

Justificativa - (Que ela coloca à sociedade, não só de Tubarão, mas de toda a Amurel) Há 50 anos abraçando a causa religiosa, na Congregação das Irmãs da Divina Providência, a irmã Enedina agradece aos tubaronenses (e a todo o povo do sul) pelos anos em que ficou na cidade e justifica mais uma vez a sua decisão. 'Entre na congregação para servir a Deus, onde Ele me chamasse. Agora Ele me chama para servir nesse novo trabalho. A voz Dele e de todas as irmãs era de que eu desse o meu sim. Não tinha argumentos para dizer não.' "[sic]

Fiz questão de relatar aqui essa escrita num gesto de agradecimento e em homenagem a essa guerreira, irmã Enedina, que, nos momentos mais difíceis, em que as pessoas são acometidas de enfermidades, de doenças inesperadas, com seu gesto nobre, as suas mãos acolhedoras sempre abraçaram e abrigaram milhares de cidadãos catarinenses, de maneira especial de Tubarão e do sul do estado. Por isso a nossa forma de agradecimento.

Outro assunto que passo a relatar é com relação a um setor muito importante para o fortalecimento da economia sul-catarinense, situado basicamente na região carbonífera, no sul do estado.

(Passa a ler.)

"O setor carbonífero pretende fechar o ano com resultados positivos. A estimativa é de que a indústria obtenha crescimento de 15% na produção em relação ao ano passado. Números impulsionados pelo aumento da cota do carvão, repassada para a Usina Termelétrica Jorge Lacerda, em Capivari de Baixo, serviram para registrar o aumento durante 2008. Para o próximo ano, a previsão é de que os números da extração se mantenham no mesmo patamar de 2007. 'Já temos contratadas 2.25 milhões de toneladas de carvão para 2009', revelou o secretário do Sindicato da Indústria de Extração do Carvão de Santa Catarina, Fernando Zancan.

O aumento no consumo de carvão utilizado para gerar energia no complexo Jorge Lacerda obrigou a compra do minério extraído no Rio Grande do Sul, porque a produção catarinense não comportava a situação exigida. Hoje, os estoques na Jorge Lacerda estão em torno de 300 mil toneladas, total que é produzido mensalmente pelas carboníferas da região. 'Hoje já há um estoque, mas tudo muito diferente de anos anteriores, quando chegava a ficar acumulado até um milhão de toneladas', explicou Zancan.

O setor tem projetos de expansão. Cinco novas frentes de trabalho estão abertas ou já têm projeto avançado. Uma está localizada no município de Lauro Müller, com a Carbonífera Belluno; três são da Carbonífera Rio Deserto: a Mina 101, denominada Mina Santa Cruz; a Novo Horizonte, no bairro Renascer, em Criciúma; e a Cruz de Malta, no município de Treviso. A Cooperminas também está abrindo um novo plano inclinado, melhorando o acesso à frente de trabalho, que hoje está a quatro quilômetros da entrada da mina.

O futuro para o setor carbonífero surge como positivo. Embora o mundo passe por uma crise, parece que ela passará às margens do setor. O governo brasileiro já deu demonstrações de que pretende investir mais no ramo. 'Um sinal de que a política do carvão será retomada vem com o retorno da pesquisa geológica, melhorando o conhecimento e a produtividade', ponderou o secretário executivo.

Novas tecnologias para a exploração do minério são estudadas. De acordo com Zancan, o Centro Tecnológico de Carvão Limpo (CTCL), que está sendo construído na nossa querida escola SATC, tem como objetivo buscar novas tecnologias para a indústria carbonífera.

Sempre temos colocado aqui, presidente, a importância desse segmento na economia do estado de Santa Catarina e da nação, porque temos, hoje, no país, em torno de 32 bilhões de toneladas auferidas pelo Departamento Nacional de Pesquisa Mineral. E precisamos fazer com que essa tecnologia - hoje investida em países de primeiro mundo há mais de 60 anos, há cinco, seis décadas - venha a ser colocada à disposição do cenário nacional e, de uma maneira especial, aqui em Santa Catarina.

Precisamos agregar valor ao nosso produto, e com essa capacidade de carvão que temos estocado no subsolo catarinense temos condições de gerar energia aqui e transmiti-la até o sudeste de São Paulo. No momento em que corremos um sério risco de apagão nós próximos dois, três anos, realmente há uma necessidade premente de investimentos nesse segmento.

A falta de uma política para a matriz energética do carvão é que resultou nessa situação que nós estamos vivenciando nos tempos de hoje. Para uma exploração racional, uma exploração inovadora, com tecnologias modernas, com beneficiamento de circuitos fechados, com a estocagem dos rejeitos sólidos adequados, nós precisamos de investimento no setor de geração de energia.

E com o potencial que temos, há a possibilidade de instalar-se três grandes usinas: uma no município de Lauro Müller, outra no município de Treviso - projeto, inclusive, já com os estudos de viabilidade econômica e o EIA/RIMA já viabilizado -, e outra, no projeto, entre Criciúma e Maracajá.

Com isso, com certeza, estaremos agregando valor ao produto e qualidade de vida, bem como gerando milhares de empregos a esses jovens que necessitam tanto de uma oportunidade digna de trabalho.

Era isto, sr. presidente e srs. deputados, que tínhamos a dizer!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA MESA DL

ATO DA MESA N. 078-DL, de 2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso I, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Professor Grando para ausentar-se do País, no período de 29 de novembro a 13 de dezembro do

corrente ano, a fim de participar da XIV Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima COP-14/MOP-4, na cidade de Poznan, Polônia.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 12 de novembro de 2008

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Rogério Mendonça - 1º Secretário

Deputado Valmir Comin - 2º Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Aos cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e oito, às nove horas, sob a Presidência do deputado Jorginho Mello, foram abertos os trabalhos da 24ª reunião ordinária da Comissão de Finanças e Tributação, reuniram-se os senhores deputados: Gelson Merísio, Marcos Vieira, Sílvio Dreveck, Odete de Jesus, Joares Ponticelli, em substituição ao deputado Jandir Bellini, Décio Góes e a deputada Professora Odete de Jesus. Ato contínuo, o Presidente colocou em votação a ata da 23ª reunião ordinária, em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. O Presidente concedeu a palavra ao deputado Gelson Merísio que passou a relatar o PL./0447.6/2007, seu parecer foi pela aprovação, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Com a palavra, o deputado Marcos Vieira alegou pauta limpa, na seqüência, o deputado Sílvio Dreveck passou a relatar o PL./0630.3/2007, seu parecer foi pela aprovação, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. A deputada Professora Odete de

Jesus, ao receber a palavra alegou nada a relatar, como também o deputado Décio Góes. O Presidente concedeu a palavra ao deputado Joares Ponticelli, que solicita ao mesmo, para trazer à tramitação o projeto PLC./002/2007, que dá nova redação ao artigo 209 do PLC/O 381/2007 de autoria do deputado Kennedy Nunes, que visa a reinstalação das seis regiões metropolitanas extintas em dois mil e três. Segundo os parlamentares Joares Ponticelli, Sílvio Dreveck, Gelson Merísio, Marcos Vieira e Décio Góes, a matéria é meritória e precisa da atenção dos demais parlamentares, uma vez que muitos programas e recursos federais são viabilizados somente às regiões metropolitanas. Pela proposta, as regiões de Criciúma, Tubarão, Itajaí, Blumenau, Florianópolis e Joinville se juntariam à região de Chapecó, hoje a única legalmente constituída. Como os recursos disponibilizados por esses programas, que visam as regiões metropolitanas, viriam para desenvolver os municípios de forma planejada e integrada, além de solucionar os problemas cotidianos das cidades como saneamento básico, violência, transporte coletivo, saúde, educação e coleta de lixo. Para o deputado Joares Ponticelli, se o projeto for aprovado na próxima semana na comissão acima epigrafada, ainda há tempo de ser incluído no orçamento da União. O deputado Sílvio Dreveck observou ser esse um projeto para o bem do Estado de Santa Catarina, enquanto o deputado Gelson Merísio frisou que as regiões metropolitanas são questões naturais e podem existir independentemente governantes,

podendo conviver com as Secretarias de Desenvolvimento Regional sem nenhum problema. Por fim, o deputado Marcos Vieira reconheceu que houve um equívoco do Governo na época da extinção, mas acredita ser imprescindível a recriação das regiões. O Presidente deputado Jorginho Mello concordou com o deputado e sem a manifestação dos membros da Comissão, o Presidente encerrou os trabalhos da presente reunião, onde, para constar eu, Sílvio Nestor de Souza, Chefe de Secretaria digitei a presente ata, que aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente, e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia.

Deputado JORGINHO MELLO

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

Aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e oito, sob a Presidência do Deputado Jean Kuhlmann, amparado no Art. 128 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da décima terceira reunião ordinária da Comissão. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados Jean Kuhlmann, Elizeu Mattos, Dirceu Dresch e Professor Grandó. Em seguida, o senhor Presidente colocou em discussão e votação a ata da reunião anterior - que foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo colocou em discussão e votação os Projetos de Lei nºs 0211.0/2008, de autoria do Deputado Ismael dos Santos, que "Declara de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento da Microbacia Sete de Janeiro, com sede no Município de Massaranduba". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0212.0/2008, de autoria do Deputado Ismael dos Santos, que "Declara de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento da Microbacia do Ribeirão Gustavo, com sede no Município de Massaranduba". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0217.5/200, de autoria do Deputado Jandir Bellini, que "Declara de utilidade pública a Associação Movimento de Irmãos, com sede no Município de Penha". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0245.9/2008, de autoria do Deputado Dagomar Carneiro, que "Declara de utilidade pública a APP do Centro de Educação Infantil Tia Laura, com sede no Município de Brusque". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0247.0/2008, de autoria do Deputado Jean Kuhlmann, que "Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Portadores de Mielomeningocele, com sede no Município de Blumenau". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0253.9/2008, de autoria do Deputado Antônio Aguiar, que "Declara de utilidade pública a Sociedade Varsóvia, do Município de São Bento do Sul". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0261.9/2008, de autoria do Deputado Jean Kuhlmann, que "Declara de utilidade pública o Clube Esportivo e Recreativo Nova Aurora, com sede no Município de Blumenau". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0262.0/2008, de autoria do Deputado Jean Kuhlmann, que "Declara de utilidade pública a Sociedade Esportiva Recreativa Itoupava Alta, com sede no Município de Blumenau". Relator: Deputado Jean Kuhlmann. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0266.3/2008, de autoria do Deputado Jean Kuhlmann, que "Declara de utilidade pública a Associação de Moradores da Rua Belo Horizonte e Adjacências, com sede no Município de Blumenau". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0269.6/2008, de autoria do Deputado Jean Kuhlmann, que "Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos do Futebol Menor do Tupi, com sede no Município de Gaspar". Relator: Deputado Dirceu Dresch; Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0272.1/2008, de autoria do Deputado Elizeu Mattos, que "Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bocaina do Sul, com sede no Município de Bocaina do Sul.". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0276.5/2008, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que "Dispõe sobre a cessação de uso do imóvel que especifica, e adota outras providências (instalação da 60ª Vara Eleitoral em Guaramirim)". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0283.4/2008, de autoria do Deputado Jean Kuhlmann, que "Declara de utilidade pública a Associação Espaço Alternativo, no Município de Criciúma". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0287.8/2008, de autoria do Deputado Gelson Merísio, que "Declara de utilidade pública o Lions Clube de Xanxerê, com sede no Município de Xanxerê". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; e Ofícios nºs 0130.6/2008, que

"Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Serviços Sociais Voluntários de Massaranduba, referente ao exercício de 2006". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0150.0/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Fundação de Estudos Superiores de Administração e Gerência - Fundação ESAG, de Florianópolis, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0161.2/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Assistência Social de Bom Retiro, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0162.3/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação dos Pacientes Oncológicos da Região de Canoinhas - APOCA, em Canoinhas, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, pelo diligenciamento, foi aprovado por unanimidade; 0163.4/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Florianópolis, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0164.5/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação dos Deficientes Físicos de Joinville - ADEJ, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, pelo diligenciamento, foi aprovado por unanimidade; 0165.6/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação Feminina de Assistência Social de Jaguaruna, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 01067.8/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Instituto Auxiliadora, de Campos Novos, referente ao exercício de 2007 (Colégio Auxiliadora)". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, pelo diligenciamento, foi aprovado por unanimidade; 0172.5/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Fundação Hermann Weege - Zoológico Pomerode, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0174.7/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação Comunitária Aldeia Toldo, de José Boiteux, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0187.1/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Itapema, referente ao exercício de 2007 (Escola Especial 'Razão de Viver')". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0188.2/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação dos Hemofílicos do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0189.3/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Centro Comunitário Maria Cândida, de Jaguaruna, referente ao exercício de 2007 (Conselho Comunitário de Jaguaruna)". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0190.7/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Apoio às Famílias de Deficientes Físicos de Balneário Camboriú - AFADEFI, referente ao exercício de 2007." Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0191.8/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação Catarinense para Integração do Cego - ACIC, de Florianópolis, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, pelo diligenciamento, foi aprovado por unanimidade; 0197.3/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação Beneficente Lar do Menino Deus, de Lages, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0198.4/2008, que "Solicita a alteração da Lei nº 5.061, de 1974, que declara de utilidade pública a Fundação de Ensino do Pólo Geoeeducacional do Vale do Itajaí - FEPEVI (nova denominação - Fundação Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI)". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, pelo diligenciamento, foi aprovado por unanimidade; 0199.5/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação dos Pacientes Renais de Santa Catarina, em Florianópolis, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0218.2/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação Comunitária Cerritense, de São José do Cerrito, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, pelo diligenciamento, foi aprovado por unanimidade; 0219.3/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação dos Amigos do Hospital Santa Isabel, de Blumenau, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0223.0/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Palmitos, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0224.0/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Canoinhas, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0225.1/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Criciúma, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0226.2/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Agrolândia, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0227.3/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Quilombo, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0228.4/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Laguna, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0229.5/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Lebon Régis, referente ao exercício de 2007 a julho de 2008". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0230.9/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Monte Castelo, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0231.0/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Tangará, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0232.0/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Rio do Campo, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0233.1/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Campo Belo do Sul, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0234.2/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Itaiópolis, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0235.3/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de São Domingos, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0236.4/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Mondai, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0241.1/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Coronel Martins, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0242.2/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Seara, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0244.4/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Salto Veloso, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0245.5/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Angelina, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0246.6/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Balneário Barra do Sul, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0247.7/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Romelândia, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0248.8/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Bom Jardim da Serra, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por

unanimidade; 0249.9/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Urubici, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0250.2/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Trombudo Central, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Jean Kuhlmann. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0251.3/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Iraceminha, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Jean Kuhlmann. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0252.4/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Faxinal dos Guedes, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Jean Kuhlmann. Posto em discussão e votação o parecer, pelo diligenciamento, foi aprovado por unanimidade; 0253.5/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Bombeiros Comunitário de Iporá do Oeste, referente ao exercício de agosto/2007 a julho/2008". Relator: Deputado Jean Kuhlmann. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0254.6/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Grupo de Trabalho Comunitário Catarinense - GTCC, de Florianópolis, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Jean Kuhlmann. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0255.7/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Creche Santa Rita de Cássia, de Orleans, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Jean Kuhlmann. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0256.8/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste de Chapecó, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Jean Kuhlmann. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0257.9/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Sociedade Escolar Hamônia, de Ibirama, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0258.0/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Clube Musical São Pedro, de Gaspar, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0259.0/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação Educacional Martin Luther King no Brasil, de Joinville, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0260.4/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Presidente Getúlio, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0261.5/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Imbituba, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0262.6/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Trento, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0263.7/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Biguaçu, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Jean Kuhlmann. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0265.9/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Rio das Antas, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0266.0/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Rio Fortuna, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0267.0/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Taió, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0268.1/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Timbé do Sul, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0269.2/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de São José do Cerrito, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0270.6/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Anitápolis, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0271.7/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Instituto

Luiz Henrique Schwanke, de Joinville, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0272.8/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Casa de Apoio Associação de Pais e Amigos de Crianças Portadoras de Neoplasia, de Blumenau, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0274.0/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Instituição Cidade da Esperança, de Rancho Queimado, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, pelo diligenciamento, foi aprovado por unanimidade; 0276.1/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Hospital Nossa Senhora da Conceição, de Urussanga, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Jean Kuhlmann. Posto em discussão e votação o parecer, pelo diligenciamento, foi aprovado por unanimidade; 0277.2/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação Blumenauense de Amigos dos Deficientes Auditivos, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, pelo diligenciamento, foi aprovado por unanimidade; 0278.3/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação Blumenauense de Deficientes Físicos, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0279.4/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação Blumenauense de Apoio e Prevenção a AIDS, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0280.8/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação dos Diabéticos de Itajaí e Navegantes, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0281.9/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação Diocesana de Promoção Social, de Joinville, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0282.0/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Timbó, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0283.0/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Fundação Médico Social Rural Santa Catarina de Petrolândia, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0284.1/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense, de Lages, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0285.2/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Xaxim, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0287.4/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guaraciaba, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0288.5/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Bento do Sul, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, pelo diligenciamento, foi aprovado por unanimidade; 0289.6/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Vidal Ramos, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Jean Kuhlmann. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0290.0/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Armazém, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Jean Kuhlmann. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0291.0/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Cecília, referente ao exercício de 2007". Relator: Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0292.1/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Orleans, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Jean Kuhlmann. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0293.2/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cunha Porã, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Jean Kuhlmann. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0294.3/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jaraguá do Sul, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade;

0295.4/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ipuçu, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0296.5/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Joaquim, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0297.6/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Abelardo Luz, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0299.8/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São João Batista, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0300.6/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Anchieta, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0301.7/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pinhalzinho, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0302.8/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Balneário Arroio do Silva, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Jean Kuhlmann. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0303.9/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Papanduva, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0304.0/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pomerode, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0305.0/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Palma Sola, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0306.1/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Fraiburgo, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0307.2/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Braço do Norte, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Jean Kuhlmann. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0308.3/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Turvo, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Jean Kuhlmann. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0309.4/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guaramirim, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0310.8/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Ludgero, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Jean Kuhlmann. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0313.0/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Caibi, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0314.1/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Lourenço do Oeste, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0315.2/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ouro Verde, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0316.3/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de José Boiteux, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0317.4/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Irani, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, pelo diligenciamento, foi aprovado por unanimidade; 0318.5/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Imaruí, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em

discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0319.6/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Grão-Pará, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0320.0/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Maravilha, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0321.0/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cocal do Sul, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0322.1/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Alegre, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0323.2/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Chapecó, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0324.3/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Miguel d'Oeste, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0325.4/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São José, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0326.5/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação dos Deficientes Visuais do Planalto Serrano, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Jean Kuhlmann. Posto em discussão e votação o parecer, pelo diligenciamento, foi aprovado por unanimidade; 0327.6/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itapiranga, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Jean Kuhlmann. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0328.7/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Sombrio, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0329.8/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação dos Bananicultores de São João do Itaperiú, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Professor Grando. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0331.2/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Fundação Pauli-Madi Pró-Solidariedade e Vida, de Joinville, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Jean Kuhlmann. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0332.3/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Joinville, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Professor Grando. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0333.4/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mafra, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0334.5/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pouso Redondo, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0335.6/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Francisco do Sul, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0336.7/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Major Vieira, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0337.8/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lindóia do Sul, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0338.9/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação Espírita Lar de Jesus, de Canoinhas, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0340.3/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Hospital e Maternidade Santa Terezinha, do Município de Salete, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Professor Grando. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0341.4/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação Corpo de Bombeiros Voluntários de Ilhota, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Professor Grando. Posto em discussão e votação o

parecer, pelo diligenciamento, foi aprovado por unanimidade; 0342.5/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação Hospitalar Nossa Senhora de Fátima, de Praia Grande, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Professor Grando. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0344.7/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Grupo Arcos Pró Resgate da Memória Histórica, Artística e Cultural de Biguaçu, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Jean Kuhlmann. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0346.9/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ponte Serrada, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0347.0/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Surdos da Grande Florianópolis, em Florianópolis, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0348.0/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, de Nova Trento, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0349.1/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Urupema, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0350.5/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Brusque, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0351.6/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Conselho Comunitário do Bairro Fortaleza, de Blumenau, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0352.7/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Grupo Jovem Vida, de São Lourenço do Oeste, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0355.0/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Praia Grande, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0356.0/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Irineópolis, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Jean Kuhlmann. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0357.1/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Catanduvas, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0359.3/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Fundação Carlos Joffre do Amaral, de Lages, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0360.7/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jacinto Machado, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0362.9/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação Catarinense de Assistência Odontológica, de Balneário Camboriú, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade. Antes de encerrar o senhor Presidente fez a leitura do convite enviado pela Comissão de Turismo e Meio Ambiente, comunicando a realização de uma reunião extraordinária, no dia 05 de novembro, às 11h, na sala 1 de reuniões, para tratar do PL/0238.0/2008, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente. Nada mais a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, Estela Maris Rossini, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia.

Deputado Jean Kuhlmann
Presidente

*** X X X ***

EXTRATOS

Extrato N.º 160/2008

REFERENTE: Inexigibilidade de Licitação CL n.º 019/2008, celebrado em 06/10/2008.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Calu Rosa E Eventos Ltda

OBJETO: Contratação da empresa Calu Rosa e Eventos Ltda., para que, através da mesma o ator, repórter, apresentador e roteirista Marcelo Tristão Athayde de Souza (Marcelo Tas), ministre a palestra com o tema "Inovação, Criatividade na era Digital", a qual terá uma duração aproximada de 1h30min de exposição acrescida de outros 30 (trinta) minutos para questionamento do público.

VALOR GLOBAL: R\$ 22.000,00

DATA: 19 de novembro de 2008.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção e Serviços Administrativos Gerais), Item Orçamentário 3.3.90.39.22 (Exposições, Congressos e Conferências).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, incisos II, III e § 1º da Lei 8.666/93 e Processo Licitatório nº 0089/2008-LIC.

Florianópolis, 06 de outubro de 2008.

Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC

*** X X X ***

Extrato N.º 161/2008

REFERENTE: Contrato CL n.º 068/2008, celebrado em 11/11/2008.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Calu Rosa E Eventos Ltda

OBJETO: Contratação da empresa Calu Rosa e Eventos Ltda., para que, através da mesma o ator, repórter, apresentador e roteirista Marcelo Tristão Athayde de Souza (Marcelo Tas), ministre a palestra com o tema "Inovação, Criatividade na era Digital", a qual terá uma duração aproximada de 1h30min de exposição acrescida de outros 30 (trinta) minutos para questionamento do público.

VALOR GLOBAL: R\$ 22.000,00

DATA: 19 de novembro de 2008.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção e Serviços Administrativos Gerais), Item Orçamentário 3.3.90.39.22 (Exposições, Congressos e Conferências).

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação CL nº 019/2008 (art. 25, incisos II, III e § 1º da Lei 8.666/93), Processo Licitatório nº 0089/2008-LIC e autorização administrativa.

Florianópolis, 11 de novembro de 2008.

Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC

Carolina Simone Pereira do Couto Rosa - CALU ROSA FESTAS E EVENTOS LTDA

*** X X X ***

Extrato N.º 162/2008

REFERENTE: Inexigibilidade de Licitação CL n.º 020/2008, celebrado em 06/11/2008.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Federação Catarinense de Municípios - FECAM

OBJETO: Aquisição de quota de participação do Poder Legislativo no VI Congresso Catarinense dos Municípios e ExpoFECAM que acontecerá da cidade de Florianópolis no período de 01 a 03 de dezembro de 2008, com direito de inserção da logomarca da ALESC nos itens de divulgação e disponibilização de espaço físico para montagem de um Stand com 9 metros quadrados.

VALOR GLOBAL: R\$ 10.000,00

DATA: 01 a 03 de dezembro de 2008.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção e Serviços Administrativos Gerais), Item Orçamentário 3.3.90.39.99 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, caput da Lei nº 8.666/93 e Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 0091/2008.

Florianópolis, 06 de novembro de 2008.

Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC

*** X X X ***

Extrato N.º 163/2008

REFERENTE: Contrato CL n.º 069/2008, celebrado em 10/11/2008.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Federação Catarinense de Municípios - FECAM

OBJETO: Aquisição de quota de participação do Poder Legislativo no VI Congresso Catarinense dos Municípios e ExpoFECAM que acontecerá da

cidade de Florianópolis no período de 01 a 03 de dezembro de 2008, com direito de inserção da logomarca da ALESC nos itens de divulgação e disponibilização de espaço físico para montagem de um Stand com 9 metros quadrados.

VALOR GLOBAL: R\$ 10.000,00

DATA: 01 a 03 de dezembro de 2008.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção e Serviços Administrativos Gerais), Item Orçamentário 3.3.90.39.99 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica).

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação CL nº 016/2008 (art. 25, caput da Lei nº 8.666/93) e Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 0091/2008.

Florianópolis, 10 de novembro de 2008.

Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC

Dávio Leu - Presidente da FECAM

*** X X X ***

Extrato N.º 164/2008

REFERENTE: Contrato CL n.º 071/2008, celebrado em 13/11/2008.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Paulo Antonio Martins Camilli - EPP

OBJETO: aquisição de mobiliários diversos, com instalação e montagem no local, todos da Marca Deluse a serem fabricados conforme projeto e detalhamento de arquitetura, de acordo com as especificações constantes do lote n.º 01 do Edital, seus anexos, e com as condições propostas pela CONTRATADA.

VALOR GLOBAL: R\$ 14.400,00

VIGENCIA: Dá-se ao presente Contrato a vigência compreendida entre a data de sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto, estendidos seus efeitos até o decurso do prazo de garantia dos mesmos, pactuado em 02 anos, contados a partir da data do recebimento definitivo do objeto.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93 e Lei 10.520/02; Pregão Presencial nº 040/2008; e Autorização para Processo Licitatório nº 0070/2008 e 0074/2008 partes integrantes deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe.

Florianópolis, 13 de novembro de 2008.

Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC

Paulo Antonio Martins Camilli - Paulo Antonio Martins Camilli - EPP

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 273/2007

O inciso I do artigo 1º passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º...

I - substituir as embalagens plásticas oferecidas por produtos semelhantes na forma oxibiodegradável ou de papel.

Deputado Pedro Uczai

Bancada do Partido dos Trabalhadores

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 04/06/08

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 04/11/08

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 273/07

Obriga estabelecimentos comerciais a utilizarem material biodegradável ou reutilizável para embalagens de produtos e incentiva estes estabelecimentos a adotarem programas ambientais.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Os estabelecimentos comerciais que oferecerem a seus clientes sacolas plásticas para embalagem dos produtos devem:

I - substituir as embalagens plásticas oferecidas por produtos semelhantes na forma oxibiodegradável ou de papel; e

II - manter disponível, para a venda, bolsas, sacolas ou cestas confeccionadas com material resistente para o uso continuado na acomodação e transporte dos produtos adquiridos.

Parágrafo único. Entende-se por sacola plástica oxibiodegradável aquela que apresenta degradação inicial por oxidação acelerada por luz e calor, e posterior capacidade de ser biodegradada por microorganismo, cujos resíduos finais não sejam tóxicos.

Art. 2º Somente as sacolas plásticas fornecidas pelos estabelecimentos comerciais aos consumidores finais estão incluídas nesta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor a partir de trezentos e sessenta e cinco dias de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 4 de novembro de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

Emenda ao Projeto de Lei n. 0489/07

Acrescente-se o art. 3º, abaixo discriminado, renumerando-se o artigo subsequente.

"Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades;
- II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
- III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e
- IV - balancete contábil."

JUSTIFICATIVA

A alteração proposta visa adequar a redação final conforme determina a Lei nº 14.182, de 01 de novembro de 2007.

SALA DAS SESSÕES, em Florianópolis, 5 de novembro de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 489/07

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Sagrado Coração de Jesus - ABCSJ, no Município de Xanxerê.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente Sagrado Coração de Jesus - ABCSJ, com sede e foro na Cidade e Comarca de Xanxerê.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades;
- II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
- III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 5 de novembro de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 099/08

Declara de utilidade pública a Associação de Pilotos de Itapema, com sede no Município de Itapema.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pilotos de Itapema, com sede e foro no Município e Comarca de Itapema.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades;
- II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
- III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 5 de novembro de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 211/08

Declara de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento da Microbacia Sete de Janeiro, com sede no Município de Massaranduba.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento da Microbacia Sete de Janeiro, com sede no Município de Massaranduba.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades;
- II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 5 de novembro de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 212/08

Declara de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento da Microbacia do Ribeirão Gustavo, com sede no Município de Massaranduba.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento da Microbacia do Ribeirão Gustavo, com sede no Município de Massaranduba.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades;
- II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
- III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 5 de novembro de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 217/08

Declara de utilidade pública a Associação Movimento de Irmãos, com sede no Município de Penha.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Movimento de Irmãos, com sede no Município de Penha.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades;
- II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
- III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 5 de novembro de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 232/08

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Palhoça.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder à União, pelo prazo de cinco anos, o uso gratuito de parte do imóvel localizado na margem da BR-101, Km-219, sentido sul/norte, no Município de Palhoça, cadastrado na Secretaria de Estado da Administração sob o nº 01357.

Parágrafo único. A autorização prevista nesta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pela Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

Art. 2º A presente cessão de uso tem por objetivo viabilizar a instalação de posto da Polícia Rodoviária Federal.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente cessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da cessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam ao domínio do Estado, sem direito de indenização à cessionária, face à gratuidade da cessão.

Art. 5º Serão de responsabilidade da cessionária os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da cessão de uso.

Art. 6º A cessionária, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta cessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a cessão de uso, a cessionária defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo cedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e obrigações do cedente e do cessionário.

Art. 9º O Estado será representado no ato da cessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Fica revogada a Lei nº 13.258, de 10 de janeiro de 2005.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de novembro de 2008
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 245/08

Declara de utilidade pública a APP do Centro de Educação Infantil Tia Laura, com sede no Município de Brusque.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a APP do Centro de Educação Infantil Tia Laura, com sede no Município de Brusque.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 5 de novembro de 2008
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 247/08

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Portadores de Mielomeningocele, com sede no Município de Blumenau.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Portadores de Mielomeningocele, com sede no Município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 5 de novembro de 2008
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 251/08

Declara de utilidade pública a APRAP - Amigos e Protetores dos Animais de Palhoça, com sede no Município de Palhoça.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a APRAP - Amigos e Protetores dos Animais de Palhoça, com sede no Município de Palhoça.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 5 de novembro de 2008
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 253/08

Declara de utilidade pública a Sociedade Varsóvia, do Município de São Bento do Sul.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Varsóvia, com sede no Município de São Bento do Sul.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 5 de novembro de 2008
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 261/08

Declara de utilidade pública o Clube Esportivo e Recreativo Nova Aurora, com sede no Município de Blumenau.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Clube Esportivo e Recreativo Nova Aurora, com sede no Município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 5 de novembro de 2008
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 262/08

Declara de utilidade pública a Sociedade Esportiva Recreativa Itoupava Alta, com sede no Município de Blumenau.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Esportiva Recreativa Itoupava Alta, com sede no Município de Blumenau.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 5 de novembro de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 266/08

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores da Rua Belo Horizonte e Adjacências, com sede no Município de Blumenau.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores da Rua Belo Horizonte e Adjacências, com sede no Município de Blumenau.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 5 de novembro de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 269/08

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos do Futebol Menor do Tupi, com sede no Município de Gaspar.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos do Futebol Menor do Tupi, com sede no Município de Gaspar.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 5 de novembro de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 272/08

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Bocaina do Sul.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Bocaina do Sul.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 5 de novembro de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL/0276.5/2008

O art. 4º do Projeto de Lei nº PL/0276.5/2008 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 4º O cessionário terá direito de uso do imóvel descrito no artigo 1º para a finalidade exclusiva de instalação da 60ª Vara Eleitoral, vedada qualquer tipo de cessão, aluguel ou transferência, total ou parcial, de uso ou posse do imóvel, **sob pena de imediata reversão, independentemente de qualquer notificação.**"

Sala da Comissão, em
Deputado Romildo Titon
Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 05/11/08

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL/0276.5/2008

O art. 5º do Projeto de Lei nº PL/0276.5/2008 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 5º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da cessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam ao domínio do Poder Judiciário, sem direito de indenização à cessionária, face à gratuidade da cessão."

Sala da Comissão, em
Deputado Romildo Titon
Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 05/11/08

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL/0276.5/2008

O art. 7º do Projeto de Lei nº PL/0276.5/2008 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 7º O Estado será representado no ato pelo Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, ou quem por mandato especial, for por ele constituído."

Sala da Comissão, em
Deputado Romildo Titon
Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 05/11/08

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL/0276.5/2008

Fica acrescido ao Projeto de Lei nº PL/0276.5/2008 o art. 8º, com a seguinte redação:

"Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação."

Sala da Comissão, em
Deputado Romildo Titon
Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 05/11/08

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 276/08

Dispõe sobre a cessão de uso do imóvel que especifica e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Judiciário, por intermédio do Tribunal de Justiça, autorizado a ceder o uso, a título gratuito, do imóvel do Estado de Santa Catarina, matriculado sob nº 5.400, à fl. 001, do Livro nº 2, do Registro de Imóveis de Guaramirim-SC, em data de 22 de setembro de 1983, para o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

Parágrafo único. O imóvel do Estado referido neste artigo se constitui de um terreno situado no Município de Guaramirim, contendo a área de 1.286,23 m², localizado no LADO PAR da Rua 28 de Agosto, distante 28,00 metros da esquina com a Rua Irineu Vilela Veiga, com frente ao NORTE na Rua 28 de Agosto em 26,00 metros; travessão dos

fundos do SUL, com a faixa de domínio da Rede Ferroviária Federal S/A em 26,50 metros; extrema do lado direito, a LESTE com terras da Prefeitura Municipal de Guarimir em 50,03 metros e do lado esquerdo, a OESTE, com terras da Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga em 45,97 metros, incluindo a edificação em alvenaria de dois pavimentos, sendo o pavimento térreo com 200,00 m² e o primeiro pavimento com 230,00 m², sob o número 2.000, devidamente averbada junto à matrícula do imóvel.

Art. 2º A cessão de uso será outorgada pelo prazo de dez anos, podendo ser revogada a qualquer tempo por qualquer das partes, assegurando-se uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias para as providências necessárias.

Art. 3º O uso do imóvel será cedido por meio de Termos de Cessão de Uso, no qual deverão constar os direitos, obrigações e penalidades das partes.

Art. 4º O cessionário terá direito de uso do imóvel descrito no art. 1º para a finalidade exclusiva de instalação da 60ª Vara Eleitoral, vedada qualquer tipo de cessão, aluguel ou transferência, total ou parcial, de uso ou posse do imóvel, sob pena de imediata reversão, independentemente de qualquer notificação.

Art. 5º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da cessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam ao domínio do Poder Judiciário, sem direito de indenização à cessionária, face à gratuidade da cessão.

Art. 6º Serão de responsabilidade da cessionária os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da cessão de uso.

Art. 7º O Estado será representado no ato pelo Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, ou quem por mandato especial, for por ele constituído.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 5 de novembro de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 283/08

Declara de utilidade pública a Associação Espaço Alternativo, com sede no Município de Criciúma.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Espaço Alternativo, com sede no Município de Criciúma.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 5 de novembro de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 287/08

Declara de utilidade pública o Lions Clube de Xanxerê, com sede no Município de Xanxerê.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Lions Clube de Xanxerê, com sede no Município de Xanxerê.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 5 de novembro de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 288/08

Dispõe sobre a permuta de imóveis, no Município de Brusque.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Judiciário, por intermédio do Tribunal de Justiça, autorizado a permutar o imóvel do Estado de Santa Catarina, matriculado sob nº 16.809, às fls. 16.809, do Livro nº 2-A, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Brusque-SC, em data de 25 de julho de 1985, por outro de propriedade do Município de Brusque, matriculado sob nº 56.838, à fl. 1, do Livro nº 2, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Brusque, em data de 2 de julho de 2008.

§ 1º O imóvel de propriedade do Estado e referido neste artigo se constitui de um terreno urbano situado na Cidade de Brusque, no Loteamento Jardim Maluche, representado pela quadra nº 62, com área de 4.192,00 m² (quatro mil, cento e noventa e dois metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: FRENTE com 98,00 metros com a Rua 117, atual Rua Duque de Caxias; FUNDOS com 30,00 metros com a Rua 116, atual Rua Olímpio de Souza Pitanga; DE UM LADO com 69,00 metros com a Rua 143, atual Rua João Archer e DO OUTRO LADO com 69,00 metros com a Rua 142, atual Rua Vereador Oscar Krieger, e um prédio de alvenaria com 2.026,00 m² de área construída sobre esse terreno.

§ 2º O imóvel de propriedade do Município de Brusque a ser permutado com o Estado, se constitui de um terreno urbano, situado na Cidade e Comarca de Brusque, na Rua Eduardo Von Buettner, Bairro Centro I, com área de 4.192,04 m² (quatro mil, cento e noventa e dois metros e quatro decímetros quadrados), desmembrado de área maior, com as seguintes medidas e confrontações: FRENTE, na extensão de 34,08 metros confronta com a Rua Edgar Von Buttner; FUNDOS, na extensão de 46,35 metros confronta com o acesso à Prefeitura Municipal de Brusque; LADO DIREITO medindo 109,09 metros, confronta em cinco segmentos de medidas, o primeiro na extensão de 12,38 metros, o segundo na extensão de 21,90 metros, o terceiro na extensão de 28,646 metros, o quarto na extensão de 41,08 metros e o quinto na extensão de 5,09 metros, todos confrontam com o acesso à Prefeitura Municipal de Brusque e Parque Zoológico, LADO ESQUERDO na extensão de 68,10 metros, confronta com área remanescente, sem benfeitorias. Em 21 de agosto de 2008 foi averbada construção com área total construída de 3.000,00 m², sob nº AV.2-56.838.

Art. 2º A permuta autorizada pela presente Lei tem a finalidade de transferir definitivamente para o domínio do Estado de Santa Catarina o imóvel de propriedade do Município de Brusque e, para o Município de Brusque, o imóvel de propriedade do Estado de Santa Catarina, conforme descrições contidas no art. 1º desta Lei, preenchendo os pressupostos fundamentais elencados no art. 17, inciso I, alínea "c" e art. 24, inciso X, todos da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 3º O Estado será representado no ato pelo Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, ou quem por mandato especial, for por ele constituído.

Art. 4º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Orçamento do Fundo de Reaparelhamento da Justiça, na medida da responsabilidade do Poder Judiciário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 5 de novembro de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 293/08

Declara de utilidade pública o Instituto de Desenvolvimento e Integração Ambiental, com sede no Município de Balneário Camboriú.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto de Desenvolvimento e Integração Ambiental, com sede no Município de Balneário Camboriú.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 5 de novembro de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***